

**CONCURSO PÚBLICO N. 043/GDRH/SEARH, DE 7 DE MAIO DE 2014.
RESPOSTAS AOS RECURSOS CONTRA A PROVA OBJETIVA REFERENTE AO EDITAL DE
CONCURSO PÚBLICO N. 009/GDRH/SEARH, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014.**

A Superintendente Estadual de Administração e Recursos Humanos de Rondônia, Senhora **Carla Mitsue Ito**, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37, da Constituição Federal/1988, da Lei Federal n. 8.666/1993, das Leis Estaduais n. 749/1997 e n. 2173/2009, da Lei Complementar n. 647/2012, Instrução Normativa 013/TC/RO/2004, entre outras correlacionadas, e de acordo com os termos do Processo Administrativo n. 01-2201.07876-0000/2013/SEAD, torna pública as Respostas aos Recursos contra a Prova Objetiva referente ao Concurso Público para provimento de vagas de cargos efetivos de nível superior das Carreiras de Analista Ambiental, Técnico em Desenvolvimento Ambiental e da Área Administrativa, pertencentes ao Quadro de Pessoal Efetivo da SEDAM/RO, conforme abaixo:

Cargo: S01 - ANALISTA AMB./ BIÓLOGO

Disciplina: HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE RONDÔNIA

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
11	Embora haja projeto de lei que prevê a proibição do aborto em caso de estupro, este não foi ainda aprovado, valendo, portanto, o que figura ainda no Código Penal Brasileiro, que admite aborto em caso de estupro.	INDEFERIDO	-
13	A alternativa coloca que "os gastos dos consumidores norte-americanos aumentaram significativamente no último ano"; o referido aumento, entretanto, foi de apenas 0,4%, segundo site: http://economia.estadao.com.br/noticias/economia-geral,eua-gastos-com-consumo-sobem-0-4-em-dezembro,176881,0.htm	INDEFERIDO	-
14	Em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que a resposta correta da questão é a alternativa que contém o seguinte extenso: "alvo de críticas de ativistas de direitos humanos, sobretudo porque muitos detentos nunca foram acusados formalmente ou julgados".	DEFERIDO	alvo de críticas de ativistas de direitos humanos, sobretudo porque muitos detentos nunca foram acusados formalmente ou julgados
18	A questão pede ao candidato para que este aponte a principal causa do desmatamento. Em O Globo, lê-se: (http://oglobo.globo.com/pais/estudo-mostra-que-rondonia-o-estado-que-mais-sofreu-com-desmatamento-no-pais-3130998). Ainda em O Globo lê-se que: "Estudo diz que pecuária, e não a soja, desmata a Amazônia" (http://oglobo.globo.com/economia/estudo-diz-que-pecuaria-nao-soja-desmata-amazonia-4157162). E, em edição ainda mais recente do mesmo jornal, lê-se: "Diante dos dados, a ministra reafirmou posição do Ministério do Meio Ambiente de que o desmatamento hoje está mais ligado à pecuária". (http://oglobo.globo.com/economia/soja-ocupa-02-da-area-desmatada-na-amazonia-nos-ultimos-3-anos-2981815). No jornal <i>Folha de São Paulo</i> : "A pecuária é a maior responsável pelo desmatamento da região amazônica. (http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/969356-pecuaria-e-a-maior-causa-do-desmatamento-da-amazonia-diz-inpe.shtml)	INDEFERIDO	-

Cargo: S03 - ANALISTA AMB./ ENG. AGRÔNOMO

Disciplina: HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE RONDÔNIA

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
	Em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que a resposta correta da questão é a alternativa que contém o seguinte extenso: "alvo de críticas de ativistas de direitos humanos, sobretudo porque muitos detentos nunca	DEFERIDO	alvo de críticas de ativistas de direitos humanos, sobretudo

	foram acusados formalmente ou julgados”.		porque muitos detentos nunca foram acusados formalmente ou julgados
--	--	--	---

Cargo: S04 - ANALISTA AMB./ ENG. AMBIENTAL

Disciplina: HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE RONDÔNIA

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
14	Em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que a resposta correta da questão é a alternativa que contém o seguinte extenso: “alvo de críticas de ativistas de direitos humanos, sobretudo porque muitos detentos nunca foram acusados formalmente ou julgados”.	DEFERIDO	alvo de críticas de ativistas de direitos humanos, sobretudo porque muitos detentos nunca foram acusados formalmente ou julgados

Cargo: S06 - ANALISTA AMB./ ENG. DE ALIMENTOS

Disciplina: HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE RONDÔNIA

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
14	Em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que a resposta correta da questão é a alternativa que contém o seguinte extenso: “alvo de críticas de ativistas de direitos humanos, sobretudo porque muitos detentos nunca foram acusados formalmente ou julgados”.	DEFERIDO	alvo de críticas de ativistas de direitos humanos, sobretudo porque muitos detentos nunca foram acusados formalmente ou julgados

Cargo: S09 - ANALISTA AMB./ ENG. FLORESTAL

Disciplina: HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE RONDÔNIA

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
13	A alternativa coloca que “os gastos dos consumidores norte-americanos aumentaram significativamente no último ano”; o referido aumento, entretanto, foi de apenas 0,4%, segundo site: http://economia.estadao.com.br/noticias/economia-geral,eua-gastos-com-consumo-sobem-0-4-em-dezembro,176881,0.htm	INDEFERIDO	-
14	Em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que a resposta correta da questão é a alternativa que contém o seguinte extenso: “alvo de críticas de ativistas de direitos humanos, sobretudo porque muitos detentos nunca foram acusados formalmente ou julgados”.	DEFERIDO	alvo de críticas de ativistas de direitos humanos, sobretudo porque muitos detentos nunca foram acusados formalmente ou julgados
20	Em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que a fundamentação apresentada pelo candidato não discorda do gabarito apresentado.	INDEFERIDO	-

Cargo: S13 - ANALISTA AMB./ ENG. SANITARISTA

Disciplina: HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE RONDÔNIA

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
14	Em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que a resposta correta da questão é a alternativa que contém o seguinte extenso: “alvo de críticas de ativistas de direitos humanos, sobretudo porque muitos detentos nunca foram acusados formalmente ou julgados”.	DEFERIDO	alvo de críticas de ativistas de direitos humanos, sobretudo porque muitos detentos nunca foram acusados formalmente ou julgados

Cargo: S14 - ANALISTA AMB./ GEÓGRAFO

Disciplina: HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE RONDÔNIA

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
14	Em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que a resposta correta da questão é a alternativa que contém o seguinte extenso: "alvo de críticas de ativistas de direitos humanos, sobretudo porque muitos detentos nunca foram acusados formalmente ou julgados".	DEFERIDO	alvo de críticas de ativistas de direitos humanos, sobretudo porque muitos detentos nunca foram acusados formalmente ou julgados
16	A ex-miss e atriz Mônica Spear foi assassinada em tentativa de assalto em 6 de janeiro, desencadeando, a partir daí, onda de protesto no país. Como se pode ler em edição do jornal <i>O Globo</i> , de 23 de fevereiro de 2014: "Fora das manifestações, a insegurança também aumentou no país no governo Maduro. O assassinato da ex-miss Monica Spear provocou comoção nacional e foi difícil de digerir para Maduro, que convocou a oposição para um diálogo que não prosperou. O Observatório Venezuelano da Violência estima que ocorreram 24.763 assassinatos só em 2013" (http://oglobo.globo.com/mundo/primeiro-ano-de-maduro-traz-caos-economico-repressao-11687774).	INDEFERIDO	-

Cargo: S19 - ANALISTA AMB./ ZOOTECNISTA

Disciplina: HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE RONDÔNIA

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
14	Em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que a resposta correta da questão é a alternativa que contém o seguinte extenso: "alvo de críticas de ativistas de direitos humanos, sobretudo porque muitos detentos nunca foram acusados formalmente ou julgados".	DEFERIDO	alvo de críticas de ativistas de direitos humanos, sobretudo porque muitos detentos nunca foram acusados formalmente ou julgados

Cargo: S24 - TÉC. EM DESENV. AMB./ PSICÓLOGO

Disciplina: HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE RONDÔNIA

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
13	O atual modelo econômico chinês está baseado no comércio de exportação. O Partido Comunista do país, inclusive, procura "proceder com reformas para afastar o país do crescimento movido a investimento e exportação em direção a um modelo baseado no consumo doméstico" ("Pedaladas ladeira acima", In: <i>The Economist/Carta Capital: o mundo em 2014</i> , p. 48).	INDEFERIDO	-
16	A ex-miss e atriz Mônica Spear foi assassinada em tentativa de assalto em 6 de janeiro, desencadeando, a partir daí, onda de protesto no país. Como se pode ler em edição do jornal <i>O Globo</i> , de 23 de fevereiro de 2014: "Fora das manifestações, a insegurança também aumentou no país no governo Maduro. O assassinato da ex-miss Monica Spear provocou comoção nacional e foi difícil de digerir para Maduro, que convocou a oposição para um diálogo que não prosperou. O Observatório Venezuelano da Violência estima que ocorreram 24.763 assassinatos só em 2013" (http://oglobo.globo.com/mundo/primeiro-ano-de-maduro-traz-caos-economico-repressao-11687774).	INDEFERIDO	-
18	A questão pede ao candidato para que este aponte a principal causa do desmatamento. Em <i>O Globo</i> , lê-se: (http://oglobo.globo.com/pais/estudo-mostra-que-rondonia-o-estado-que-mais-sofreu-com-desmatamento-no-pais-3130998). Ainda em <i>O Globo</i> lê-se que: "Estudo diz que pecuária, e não a soja, desmata a Amazônia" (http://oglobo.globo.com/economia/estudo-diz-que-pecuaria-nao-soja-desmata-amazonia-4157162). E, em edição ainda mais recente do mesmo jornal, lê-se: "Diante dos dados, a ministra reafirmou posição do Ministério do Meio Ambiente de que o desmatamento hoje está mais ligado à pecuária". (http://oglobo.globo.com/economia/soja-ocupa-02-da-area-desmatada-na-amazonia-nos-ultimos-3-anos-2981815). No jornal <i>Folha de São Paulo</i> : "A pecuária é a maior responsável pelo desmatamento da região amazônica." (http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/969356-pecuaria-e-a-maior-cao-da-desmatamento-da-amazonia-diz-inpe.shtml)	INDEFERIDO	-

Cargo: S26 - TÉC. EM DESENV. AMB./ TECN. EM GESTÃO AMBIENTAL

Disciplina: HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE RONDÔNIA

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
11	O conteúdo da prova versa, além de tópicos relacionados à história e geografia do estado de Rondônia, sobre os seguintes assuntos: "a Globalização como processo de transformação mundial. Acontecimentos políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais do estado de Rondônia, do Brasil e do Mundo nos últimos 12 meses".	INDEFERIDO	-
12	O conteúdo da prova versa, além de tópicos relacionados à história e geografia do estado de Rondônia, sobre os seguintes assuntos: "a Globalização como processo de transformação mundial. Acontecimentos políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais do estado de Rondônia, do Brasil e do Mundo nos últimos 12 meses".	INDEFERIDO	-
13	O conteúdo da prova versa, além de tópicos relacionados à história e geografia do estado de Rondônia, sobre os seguintes assuntos: "a Globalização como processo de transformação mundial. Acontecimentos políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais do estado de Rondônia, do Brasil e do Mundo nos últimos 12 meses".	INDEFERIDO	-
14	O conteúdo da prova versa, além de tópicos relacionados à história e geografia do estado de Rondônia, sobre os seguintes assuntos: "a Globalização como processo de transformação mundial. Acontecimentos políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais do estado de Rondônia, do Brasil e do Mundo nos últimos 12 meses". Em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que a resposta correta da questão é a alternativa que contém o seguinte extenso: "alvo de críticas de ativistas de direitos humanos, sobretudo porque muitos detentos nunca foram acusados formalmente ou julgados".	DEFERIDO	alvo de críticas de ativistas de direitos humanos, sobretudo porque muitos detentos nunca foram acusados formalmente ou julgados
15	O conteúdo da prova versa, além de tópicos relacionados à história e geografia do estado de Rondônia, sobre os seguintes assuntos: "a Globalização como processo de transformação mundial. Acontecimentos políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais do estado de Rondônia, do Brasil e do Mundo nos últimos 12 meses".	INDEFERIDO	-
16	O conteúdo da prova versa, além de tópicos relacionados à história e geografia do estado de Rondônia, sobre os seguintes assuntos: "a Globalização como processo de transformação mundial. Acontecimentos políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais do estado de Rondônia, do Brasil e do Mundo nos últimos 12 meses".	INDEFERIDO	-

Cargo: S30 - ÁREA ADMIN./ CONTADOR

Disciplina: HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE RONDÔNIA

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
18	A questão pede ao candidato para que este aponte a principal causa do desmatamento. Em O Globo, lê-se: (http://oglobo.globo.com/pais/estudo-mostra-que-rondonia-o-estado-que-mais-sofreu-com-desmatamento-no-pais-3130998). Ainda em O Globo lê-se que: "Estudo diz que pecuária, e não a soja, desmata a Amazônia" (http://oglobo.globo.com/economia/estudo-diz-que-pecuaria-nao-soja-desmata-amazonia-4157162). E, em edição ainda mais recente do mesmo jornal, lê-se: "Diante dos dados, a ministra reafirmou posição do Ministério do Meio Ambiente de que o desmatamento hoje está mais ligado à pecuária". (http://oglobo.globo.com/economia/soja-ocupa-02-da-area-desmatada-na-amazonia-nos-ultimos-3-anos-2981815). No jornal <i>Folha de São Paulo</i> : "A pecuária é a maior responsável pelo desmatamento da região amazônica. (http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/969356-pecuaria-e-a-maior-cao-do-desmatamento-da-amazonia-diz-inpe.shtml)	INDEFERIDO	-

Cargo: S20 - TÊC. EM DESENV. AMB./ ANALISTA DE SISTEMA

Disciplina: INFORMÁTICA BÁSICA

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
23	Na versão do Linux apresentada o comando cd etc muda o diretório corrente para o diretório etc	INDEFERIDO	-

Cargo: S01 - ANALISTA AMB./ BIÓLOGO

Disciplina: LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
32	<p>A alternativa apontada como correta no gabarito oficial tem o seguinte texto: "A zona de amortecimento, quando existente, deve ser abrangida pelo plano de manejo da unidade."</p> <p>Tal afirmativa encontra respaldo no artigo 26, parágrafo 1º, cominado com o artigo 25, ambos da lei estadual 1.144: art. 26, parágrafo 1º - O plano de manejo deve abranger a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos (...) art. 25 – As unidades de conservação, exceto as Áreas de Proteção Ambiental – APA e Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN, devem possuir zona de amortecimento e, quando conveniente, corredores ecológicos.</p> <p>As demais alternativas estão incorretas, pelo exposto abaixo:</p> <p>"A ampliação de unidade de conservação além dos limites originalmente protegidos deve ser realizada por lei."</p> <p>A alternativa está incorreta, dado que a criação ou ampliação de unidade de conservação é feita por ato do poder executivo, não sendo necessária lei em sentido estrito. É esse o entendimento adotado tanto no sistema federal quanto no sistema rondoniense de unidades de conservação, o que é confirmado pelo artigo 21, parágrafo 5º da lei 1.144: art. 21, parágrafo 5º - a ampliação pode ser feita por instrumento de mesmo nível hierárquico daquele que criou a unidade, desde que mantida a área inicialmente abrangida pela unidade.</p> <p>"É vedada a introdução nas unidades de conservação de espécies exóticas, não integrantes dos ecossistemas protegidos."</p> <p>A afirmativa reproduz o caput do artigo 28 da lei 1.144. No entanto, no mesmo artigo, são fixadas as exceções ao disposto no caput: § 1o Excetua-se do disposto no caput deste artigo as Áreas de Proteção Ambiental, as Reservas Extrativistas, as Florestas Estaduais de Rendimento Sustentado, bem como os animais e plantas necessários á administração e atividades das demais unidades de conservação de acordo com o que dispuser o regulamento desta Lei. § 2o Nas áreas particulares localizadas em Refugio de Vida Silvestre e Monumento Natural, podem ser criados animais domésticos e cultivados plantas consideradas compatíveis com as finalidades da unidade, de acordo com o que dispuser o seu plano de manejo.</p> <p>Diante do exposto, indefiro os recursos e mantenho o gabarito.</p>	INDEFERIDO	-
37	<p>A alternativa correta é a seguinte: "Podem ser obrigadas a prestar serviços à comunidade."</p> <p>A hipótese está prevista no art. 21 da lei 9.605/98, que prevê a possibilidade de se apenar a pessoa jurídica criminosa com a prestação de serviços à comunidade, o que é detalhado no art. 23 da mesma lei.</p> <p>As demais alternativas estão incorretas.</p> <p>Ressalte-se que nem a interdição temporária de obra, nem o custeio de projetos ambientais tem natureza de multa, razão pela qual as alternativas "Podem ser multadas com a interdição temporária de obra" e "Podem ser obrigadas a custear projetos ambientais, a título de multa" estão incorretas.</p> <p>Diante do exposto, indefiro os recursos e mantenho o gabarito.</p>	INDEFERIDO	-
38	<p>A fundamentação apresentada no recurso não está relacionada à questão recorrida.</p> <p>Indefiro, portanto, o recurso e mantenho o gabarito.</p>	INDEFERIDO	-
40	<p>A alternativa apontada como correta no gabarito oficial tem o seguinte texto:</p>	INDEFERIDO	-

	<p>“O emprego da queima controlada em Unidades de Conservação deve ser aprovado pelo órgão gestor da unidade.”</p> <p>A hipótese está prevista no art. 38, inciso II, do novo código florestal: Art. 38. É proibido o uso de fogo na vegetação, exceto nas seguintes situações: (...) II - emprego da queima controlada em Unidades de Conservação, em conformidade com o respectivo plano de manejo e mediante prévia aprovação do órgão gestor da Unidade de Conservação, visando ao manejo conservacionista da vegetação nativa, cujas características ecológicas estejam associadas evolutivamente à ocorrência do fogo;</p> <p>As demais alternativas estão incorretas.</p> <p>“O uso do fogo na vegetação só é autorizado para a prevenção e combate a incêndios.” Há outras hipóteses previstas no art. 38, razão pela qual a alternativa está incorreta.</p> <p>“Comunidades Indígenas estão autorizadas a utilizar o fogo em qualquer hipótese.” As comunidades indígenas só podem utilizar o fogo em atividades de subsistência, de acordo com o artigo 38 § 2º.</p> <p>“O emprego do fogo em atividades de pesquisa depende unicamente da aprovação do projeto pela reitoria da universidade.” o emprego do fogo em atividades de pesquisa depende da aprovação do projeto pelo órgão ambiental competente do SISNAMA (art. 38 III).</p> <p>“O uso do fogo na vegetação depende de autorização do órgão ambiental competente do SISNAMA.” O uso do fogo poderá ser realizado sem autorização do SISNAMA nas hipóteses do art. 38 §2º: § 2º Excetua-se da proibição constante no caput as práticas de prevenção e combate aos incêndios e as de agricultura de subsistência exercidas pelas populações tradicionais e indígenas.</p> <p>Diante do exposto, indefiro os recursos e mantenho o gabarito.</p>		
41	<p>A alternativa correta é a seguinte: “A conversão da cobertura vegetal na Subzona 2.2 é desestimulada, dado o potencial para a conservação dessa área.”</p> <p>A afirmação encontra fundamento no art. 19, inciso II da lei complementar 233/00: II – o aproveitamento da área deve se desenvolver sem conversão da cobertura vegetal natural e, quando extremamente necessário, somente em pequenas áreas para atender à subsistência familiar.</p> <p>Isso porque são áreas relevantes para a conservação (art. 19, III) e com baixo custo de oportunidade para tanto (art. 19 parágrafo 1º).</p> <p>As demais assertivas estão incorretas.</p> <p>“Dentre as áreas de uso especial que compõe a Zona 2, encontram-se as Terras Indígenas.” Nos termos do art. 23, as terras indígenas compõe a subzona 3.3, sendo, portanto, áreas institucionais (Zona 3).</p> <p>“Na Subzona 1.1, a grande densidade populacional torna o custo de oportunidade de preservação muito baixo.” De acordo com o art. 13 parágrafo 4º, o custo de oportunidade da preservação em áreas densamente povoadas é “excessivamente elevado”.</p> <p>“A lei destina mais da metade da área do Estado para a preservação dos recursos naturais em unidades de conservação.” Nos termos do art. 7º, 8º e 9º, a lei destina mais de 50% da área do Estado para o uso agropecuário (zona 1).</p> <p>“A vulnerabilidade ambiental e a aptidão para o uso da terra são os critérios legais para a caracterização das subzonas.” A vulnerabilidade ambiental e a aptidão para o uso da terra são critérios legais para a caracterização das subzonas, mas não os únicos, como leva a crer a presença do artigo definido “os”: considera-se também o grau de ocupação.</p> <p>Diante do exposto, indefiro os recursos e mantenho o gabarito.</p>	INDEFERIDO	-

42	<p>As indústrias siderúrgicas que utilizem carvão vegetal fazem uso de um produto florestal como combustível, razão pela qual devem “comprovar, para fins de licenciamento ambiental, que possuem disponibilidade daqueles insumos capazes de assegurar, técnica e legalmente, o respectivo suprimento”, como disposto no art. 225, parágrafo 2º da Constituição Estadual.</p> <p>As demais atividades citadas são controladas pelo Poder Público Estadual – ou proibidas, no caso dos resíduos atômicos –, mas tem o requisito específico mencionado no enunciado como condição para a concessão de licenciamento ambiental.</p> <p>Diante do exposto, indefiro os recursos e mantenho o gabarito.</p>	INDEFERIDO	-
46	<p>A alternativa apontada como correta no gabarito oficial é a seguinte: “Exploração do turismo.”</p> <p>A hipótese é taxativamente mencionada no artigo 3º, IV, que define, dentre os serviços florestais decorrentes do manejo e conservação da floresta passíveis de exploração, o turismo.</p> <p>As demais hipóteses são taxativamente afastadas no art. 16, parágrafo 1º.</p> <p>No entanto, devido a erro material, a seguinte alternativa pode também ser considerada correta: “Comercialização de créditos decorrentes da emissão evitada de carbono.” Isso porque não foi especificado, de forma expressa, tratar-se de floresta natural. Assim, como o parágrafo 2º do mesmo artigo 16 abre a possibilidade de se conceder a comercialização de créditos de carbono, a alternativa é também correta.</p> <p>Assim, defiro o recurso, a fim de anular a questão recorrida.</p>	DEFERIDO	ANULADA
48	<p>A alternativa correta é a seguinte: “Tem por atribuição articular a criação e implantação dos Conselhos Municipais de Defesa do Meio Ambiente.”</p> <p>Isso com base no art. 7º, IV da lei que organiza o CONSEPA: IV – “articular com os municípios a criação e implantação dos conselhos Municipais de Defesa do Meio Ambiente – CODEMAS.”</p> <p>As demais alternativas estão incorretas. “É órgão deliberativo, em que estão representadas todas as Secretarias de Governo.” Apenas algumas secretarias estão representadas no CONSEPA (art. 6º).</p> <p>“Subordina-se ao CONAMA, que tem a prerrogativa de revogar suas resoluções.” Não há disposição nesse sentido.</p> <p>“Pode implantar Unidades de Conservação no âmbito do Estado, visando a preservação dos ecossistemas.” De acordo com o art. 7º V, o CONSEPA pode propor a criação, mas ela só será efetivada pela SEDAM (art. 8º, I).</p> <p>“Tem autonomia absoluta na definição e decretação do seu regimento interno.” Nos termos do art. 7º XI, compete ao poder executivo decretar a vigência do regimento interno do CONSEPA.</p> <p>Assim, indefiro o recurso e mantenho o gabarito.</p>	INDEFERIDO	-

Cargo: S03 - ANALISTA AMB./ ENG. AGRÔNOMO

Disciplina: LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
36	<p>A alternativa correta tem o seguinte texto: “Implementadores do princípio do poluidor-pagador.”</p> <p>A responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto e a logística reversa são instrumentos implementadores do mencionado princípio, previsto no art. 4º da PNMA (Lei 6983/1981). É esse o entendimento, por todos, de RODRIGUES: “Esses dois institutos – “responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos” e “logística reversa” – são, claramente, mecanismos implementadores do princípio do poluidor/usuário-pagador, na medida em</p>	INDEFERIDO	-

	<p>que impõem aos poluidores o dever de internalizar no seu custo o impacto ambiental causado pelo resíduo a que dão origem.” (RODRIGUES, Marcelo Abelha. Direito Ambiental Esquemático. São Paulo: Saraiva, 2013. P. 188).</p> <p>As demais alternativas estão incorretas. “Voltados para a gestão dos rejeitos oriundos da atividade produtiva. Os instrumentos mencionados estão voltados para a gestão de resíduos sólidos, não apenas de rejeitos, de acordo com a PNRS:</p> <p>art. 3º. XII – a logística reversa destina-se a viabilizar a coleta de resíduos sólidos em geral, com o intuito de reaproveita-los em ciclos produtivos.</p> <p>“Cuja implementação deve ocorrer sem a participação do poder público.” A participação do poder público é fundamental, por exemplo, na definição dos planos municipais (PNRS, art. 19 XV).</p> <p>“De adoção meramente facultativa.” Para alguns setores, a logística reversa é obrigatória, como disposto no art. 33 da PNRS.</p> <p>“Pouco relacionados à manutenção da saúde pública, focando-se na proteção ambiental.” Há preocupação expressa na lei com a extensão do impacto à saúde pública para a implantação da logística reversa (art. 33 §2º).</p> <p>Diante do exposto, indefiro os recursos e mantenho o gabarito.</p>		
37	<p>A alternativa correta é a seguinte:</p> <p>“Podem ser obrigadas a prestar serviços à comunidade.”</p> <p>A hipótese está prevista no art. 21 da lei 9.605/98, que prevê a possibilidade de se apenar a pessoa jurídica criminosa com a prestação de serviços à comunidade, o que é detalhado no art. 23 da mesma lei.</p> <p>As demais alternativas estão incorretas.</p> <p>Ressalte-se que nem a interdição temporária de obra, nem o custeio de projetos ambientais tem natureza de multa, razão pela qual as alternativas “Podem ser multadas com a interdição temporária de obra” e “Podem ser obrigadas a custear projetos ambientais, a título de multa” estão incorretas.</p> <p>Diante do exposto, indefiro os recursos e mantenho o gabarito.</p>	INDEFERIDO	-
40	<p>A alternativa apontada como correta no gabarito oficial tem o seguinte texto: “O emprego da queima controlada em Unidades de Conservação deve ser aprovado pelo órgão gestor da unidade.”</p> <p>A hipótese está prevista no art. 38, inciso II, do novo código florestal: Art. 38. É proibido o uso de fogo na vegetação, exceto nas seguintes situações: (...) II - emprego da queima controlada em Unidades de Conservação, em conformidade com o respectivo plano de manejo e mediante previa aprovação do órgão gestor da Unidade de Conservação, visando ao manejo conservacionista da vegetação nativa, cujas características ecológicas estejam associadas evolutivamente à ocorrência do fogo;</p> <p>As demais alternativas estão incorretas.</p> <p>“O uso do fogo na vegetação só é autorizado para a prevenção e combate a incêndios.” Há outras hipóteses previstas no art. 38, razão pela qual a alternativa está incorreta.</p> <p>“Comunidades Indígenas estão autorizadas a utilizar o fogo em qualquer hipótese.” As comunidades indígenas só podem utilizar o fogo em atividades de subsistência, de acordo com o artigo 38 § 2º.</p> <p>“O emprego do fogo em atividades de pesquisa depende unicamente da aprovação do projeto pela reitoria da universidade.” o emprego do fogo em atividades de pesquisa depende da aprovação do projeto pelo órgão ambiental competente do Sisnama (art. 38 III).</p>	INDEFERIDO	-

	<p>“O uso do fogo na vegetação depende de autorização do órgão ambiental competente do Sisnama.” O uso do fogo poderá ser realizado sem autorização do Sisnama nas hipóteses do art. 38 §2º: § 2º Excetuam-se da proibição constante no caput as praticas de prevenção e combate aos incêndios e as de agricultura de subsistência exercidas pelas populações tradicionais e indígenas.</p> <p>Diante do exposto, indefiro os recursos e mantenho o gabarito.</p>		
41	<p>A alternativa correta é a seguinte: “A conversão da cobertura vegetal na Subzona 2.2 é desestimulada, dado o potencial para a conservação dessa área.”</p> <p>A afirmação encontra fundamento no art. 19, inciso II da lei complementar 233/00: II – o aproveitamento da área deve se desenvolver sem conversão da cobertura vegetal natural e, quando extremamente necessário, somente em pequenas áreas para atender à subsistência familiar.</p> <p>Isso porque são áreas relevantes para a conservação (art. 19, III) e com baixo custo de oportunidade para tanto (art. 19 parágrafo 1º).</p> <p>As demais assertivas estão incorretas.</p> <p>“Dentre as áreas de uso especial que compõe a Zona 2, encontram-se as Terras Indígenas.” Nos termos do art. 23, as terras indígenas compõe a subzona 3.3, sendo, portanto, áreas institucionais (Zona 3).</p> <p>“Na Subzona 1.1, a grande densidade populacional torna o custo de oportunidade de preservação muito baixo.” De acordo com o art. 13 parágrafo 4º, o custo de oportunidade da preservação em áreas densamente povoadas é “excessivamente elevado”.</p> <p>“A lei destina mais da metade da área do Estado para a preservação dos recursos naturais em unidades de conservação.” Nos termos do art. 7º, 8º e 9º, a lei destina mais de 50% da área do Estado para o uso agropecuário (zona 1).</p> <p>“A vulnerabilidade ambiental e a aptidão para o uso da terra são os critérios legais para a caracterização das subzonas.” A vulnerabilidade ambiental e a aptidão para o uso da terra são critérios legais para a caracterização das subzonas, mas não os únicos, como leva a crer a presença do artigo definido “os”: considera-se também o grau de ocupação.</p> <p>Diante do exposto, indefiro os recursos e mantenho o gabarito.</p>	INDEFERIDO	-
46	<p>A alternativa apontada como correta no gabarito oficial é a seguinte: “Exploração do turismo.”</p> <p>A hipótese é taxativamente mencionada no artigo 3º, IV, que define, dentre os serviços florestais decorrentes do manejo e conservação da floresta passíveis de exploração, o turismo.</p> <p>As demais hipóteses são taxativamente afastadas no art. 16, parágrafo 1º.</p> <p>No entanto, devido a erro material, a seguinte alternativa pode também ser considerada correta: “Comercialização de créditos decorrentes da emissão evitada de carbono.” Isso porque não foi especificado, de forma expressa, tratar-se de floresta natural. Assim, como o parágrafo 2º do mesmo artigo 16 abre a possibilidade de se conceder a comercialização de créditos de carbono, a alternativa é também correta.</p> <p>Assim, defiro o recurso, a fim de anular a questão recorrida.</p>	DEFERIDO	ANULADA
48	<p>A alternativa correta é a seguinte: “Tem por atribuição articular a criação e implantação dos Conselhos Municipais de Defesa do Meio Ambiente.”</p> <p>Isso com base no art. 7º, IV da lei que organiza o CONSEPA: IV – “articular com os municípios a criação e implantação dos conselhos Municipais de Defesa do Meio Ambiente – CODEMAS.”</p>	Indeferido	Mantido

	<p>As demais alternativas estão incorretas. “É órgão deliberativo, em que estão representadas todas as Secretarias de Governo.” Apenas algumas secretarias estão representadas no CONSEPA (art. 6º).</p> <p>“Subordina-se ao CONAMA, que tem a prerrogativa de revogar suas resoluções.” Não há disposição nesse sentido.</p> <p>“Pode implantar Unidades de Conservação no âmbito do Estado, visando a preservação dos ecossistemas.” De acordo com o art. 7º V, o CONSEPA pode propor a criação, mas ela só será efetivada pela SEDAM (art. 8º, I).</p> <p>“Tem autonomia absoluta na definição e decretação do seu regimento interno.” Nos termos do art. 7º XI, compete ao poder executivo decretar a vigência do regimento interno do CONSEPA.</p> <p>Assim, indefiro o recurso e mantenho o gabarito.</p>		
--	---	--	--

Cargo: S04 - ANALISTA AMB./ ENG. AMBIENTAL

Disciplina: LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
32	<p>A alternativa apontada como correta no gabarito oficial tem o seguinte texto: “A zona de amortecimento, quando existente, deve ser abrangida pelo plano de manejo da unidade.”</p> <p>Tal afirmativa encontra respaldo no artigo 26, parágrafo 1º, cominado com o artigo 25, ambos da lei estadual 1.144: art. 26, parágrafo 1º - O plano de manejo deve abranger a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos (...) art. 25 – As unidades de conservação, exceto as Áreas de Proteção Ambiental – APA e Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN, devem possuir zona de amortecimento e, quando conveniente, corredores ecológicos.</p> <p>As demais alternativas estão incorretas, pelo exposto abaixo:</p> <p>“A ampliação de unidade de conservação além dos limites originalmente protegidos deve ser realizada por lei.”</p> <p>A alternativa está incorreta, dado que a criação ou ampliação de unidade de conservação é feita por ato do poder executivo, não sendo necessária lei em sentido estrito. É esse o entendimento adotado tanto no sistema federal quanto no sistema rondoniense de unidades de conservação, o que é confirmado pelo artigo 21, parágrafo 5º da lei 1.144: art. 21, parágrafo 5º - a ampliação pode ser feita por instrumento de mesmo nível hierárquico daquele que criou a unidade, desde que mantida a área inicialmente abrangida pela unidade.</p> <p>“É vedada a introdução nas unidades de conservação de espécies exóticas, não integrantes dos ecossistemas protegidos.”</p> <p>A afirmativa reproduz o caput do artigo 28 da lei 1.144. No entanto, no mesmo artigo, são fixadas as exceções ao disposto no caput:</p> <p>§ 1o Excetuam-se do disposto no caput deste artigo as Áreas de Proteção Ambiental, as Reservas Extrativistas, as Florestas Estaduais de Rendimento Sustentado, bem como os animais e plantas necessários á administração e atividades das demais unidades de conservação de acordo com o que dispuser o regulamento desta Lei. § 2o Nas áreas particulares localizadas em Refúgio de Vida Silvestre e Monumento Natural, podem ser criados animais domésticos e cultivados plantas consideradas compatíveis com as finalidades da unidade, de acordo com o que dispuser o seu plano de manejo.</p> <p>Diante do exposto, indefiro os recursos e mantenho o gabarito.</p>	INDEFERIDO	-
36	A alternativa correta tem o seguinte texto:	INDEFERIDO	-

	<p>“Implementadores do princípio do poluidor-pagador.”</p> <p>A responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto e a logística reversa são instrumentos implementadores do mencionado princípio, previsto no art. 4º da PNMA (Lei 6983/1981). É esse o entendimento, por todos, de RODRIGUES:</p> <p>“Esses dois institutos – “responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos” e “logística reversa” – são, claramente, mecanismos implementadores do princípio do poluidor/usuário-pagador, na medida em que impõem aos poluidores o dever de internalizar no seu custo o impacto ambiental causado pelo resíduo a que dão origem.” (RODRIGUES, Marcelo Abelha. Direito Ambiental Esquemático. São Paulo: Saraiva, 2013. P. 188).</p> <p>As demais alternativas estão incorretas.</p> <p>“Voltados para a gestão dos rejeitos oriundos da atividade produtiva.</p> <p>Os instrumentos mencionados estão voltados para a gestão de resíduos sólidos, não apenas de rejeitos, de acordo com a PNRS:</p> <p style="padding-left: 40px;">art. 3º, XII – a logística reversa destina-se a viabilizar a coleta de resíduos sólidos em geral, com o intuito de reaproveitá-los em ciclos produtivos.</p> <p>“Cujas implementação deve ocorrer sem a participação do poder público.”</p> <p>A participação do poder público é fundamental, por exemplo, na definição dos planos municipais (PNRS, art. 19 XV).</p> <p>“De adoção meramente facultativa.”</p> <p>Para alguns setores, a logística reversa é obrigatória, como disposto no art. 33 da PNRS.</p> <p>“Pouco relacionados à manutenção da saúde pública, focando-se na proteção ambiental.”</p> <p>Há preocupação expressa na lei com a extensão do impacto à saúde pública para a implantação da logística reversa (art. 33 §2º).</p> <p>Diante do exposto, indefiro os recursos e mantenho o gabarito.</p>		
37	<p>A alternativa correta é a seguinte:</p> <p>“Podem ser obrigadas a prestar serviços à comunidade.”</p> <p>A hipótese está prevista no art. 21 da lei 9.605/98, que prevê a possibilidade de se apenar a pessoa jurídica criminosa com a prestação de serviços à comunidade, o que é detalhado no art. 23 da mesma lei.</p> <p>As demais alternativas estão incorretas.</p> <p>Ressalte-se que nem a interdição temporária de obra, nem o custeio de projetos ambientais tem natureza de multa, razão pela qual as alternativas “Podem ser multadas com a interdição temporária de obra” e “Podem ser obrigadas a custear projetos ambientais, a título de multa” estão incorretas.</p> <p>Diante do exposto, indefiro os recursos e mantenho o gabarito.</p>	INDEFERIDO	-
40	<p>A alternativa apontada como correta no gabarito oficial tem o seguinte texto:</p> <p>“O emprego da queima controlada em Unidades de Conservação deve ser aprovado pelo órgão gestor da unidade.”</p> <p>A hipótese está prevista no art. 38, inciso II, do novo código florestal:</p> <p>Art. 38. É proibido o uso de fogo na vegetação, exceto nas seguintes situações: (...)</p> <p>II - emprego da queima controlada em Unidades de Conservação, em conformidade com o respectivo plano de manejo e mediante prévia aprovação do órgão gestor da Unidade de Conservação, visando ao manejo conservacionista da vegetação nativa, cujas características ecológicas estejam associadas evolutivamente à ocorrência do fogo;</p> <p>As demais alternativas estão incorretas.</p> <p>“O uso do fogo na vegetação só é autorizado para a prevenção e combate a incêndios.”</p> <p>Há outras hipóteses previstas no art. 38, razão pela qual a alternativa está incorreta.</p> <p>“Comunidades Indígenas estão autorizadas a utilizar o fogo em qualquer hipótese.”</p>	INDEFERIDO	-

	<p>As comunidades indígenas só podem utilizar o fogo em atividades de subsistência, de acordo com o artigo 38 § 2º.</p> <p>“O emprego do fogo em atividades de pesquisa depende unicamente da aprovação do projeto pela reitoria da universidade.” o emprego do fogo em atividades de pesquisa depende da aprovação do projeto pelo órgão ambiental competente do Sisnama (art. 38 III).</p> <p>“O uso do fogo na vegetação depende de autorização do órgão ambiental competente do Sisnama.” O uso do fogo poderá ser realizado sem autorização do Sisnama nas hipóteses do art. 38 §2º: § 2º Excetua-se da proibição constante no caput as práticas de prevenção e combate aos incêndios e as de agricultura de subsistência exercidas pelas populações tradicionais e indígenas.</p> <p>Diante do exposto, indefiro os recursos e mantenho o gabarito.</p>		
41	<p>A alternativa correta é a seguinte: “A conversão da cobertura vegetal na Subzona 2.2 é desestimulada, dado o potencial para a conservação dessa área.”</p> <p>A afirmação encontra fundamento no art. 19, inciso II da lei complementar 233/00: II – o aproveitamento da área deve se desenvolver sem conversão da cobertura vegetal natural e, quando extremamente necessário, somente em pequenas áreas para atender à subsistência familiar.</p> <p>Isso porque são áreas relevantes para a conservação (art. 19, III) e com baixo custo de oportunidade para tanto (art. 19 parágrafo 1º).</p> <p>As demais assertivas estão incorretas.</p> <p>“Dentre as áreas de uso especial que compõe a Zona 2, encontram-se as Terras Indígenas.” Nos termos do art. 23, as terras indígenas compõe a subzona 3.3, sendo, portanto, áreas institucionais (Zona 3).</p> <p>“Na Subzona 1.1, a grande densidade populacional torna o custo de oportunidade de preservação muito baixo.” De acordo com o art. 13 parágrafo 4º, o custo de oportunidade da preservação em áreas densamente povoadas é “excessivamente elevado”.</p> <p>“A lei destina mais da metade da área do Estado para a preservação dos recursos naturais em unidades de conservação.” Nos termos do art. 7º, 8º e 9º, a lei destina mais de 50% da área do Estado para o uso agropecuário (zona 1).</p> <p>“A vulnerabilidade ambiental e a aptidão para o uso da terra são os critérios legais para a caracterização das subzonas.” A vulnerabilidade ambiental e a aptidão para o uso da terra são critérios legais para a caracterização das subzonas, mas não os únicos, como leva a crer a presença do artigo definido “os”: considera-se também o grau de ocupação.</p> <p>Diante do exposto, indefiro os recursos e mantenho o gabarito.</p>	INDEFERIDO	-
43	<p>A alternativa correta é a seguinte: “É adequada, pois as normas autorizam o poder público a apreender e vender os animais exóticos encontrados em Reserva Biológica.”</p> <p>A afirmação baseia-se no artigo 103, inciso I, do Decreto 6.514 de 2008, que autoriza a apreensão de animais exóticos encontrados no interior de unidade de conservação de proteção integral – como a Reserva Biológica. Já o artigo 107 do mesmo decreto autoriza, no inciso II, a venda dos animais exóticos apreendidos.</p> <p>As demais alternativas estão incorretas. “É parcialmente adequada, pois o poder público, ao invés de vender os animais apreendidos, deveria doa-los.” De acordo com o art. 107 do decreto mencionado, não há o dever de doar; há mera faculdade, apontada no §1º.</p> <p>“É ilegal, pois não há respaldo para a apreensão de animais exóticos em seu habitat natural.” Os animais eram exóticos; não estavam, portanto, em seu habitat natural.</p>	INDEFERIDO	-

	<p>“É ilegal, pois a venda só poderia ser consumada ao final do processo administrativo.” De acordo com o art. 107, a venda é facultada mesmo durante o processo, identificado o risco de perecimento.</p> <p>“É parcialmente adequada, pois o poder público deveria libertar os animais em seu habitat natural.” Não há obrigação de libertar animais exóticos em seu habitat natural.</p> <p>Diante do exposto, indefiro o recurso e mantenho o gabarito.</p>		
48	<p>A alternativa correta é a seguinte: “Tem por atribuição articular a criação e implantação dos Conselhos Municipais de Defesa do Meio Ambiente.”</p> <p>Isso com base no art. 7º, IV da lei que organiza o CONSEPA: IV – “articular com os municípios a criação e implantação dos conselhos Municipais de Defesa do Meio Ambiente – CODEMAS.”</p> <p>As demais alternativas estão incorretas. “É órgão deliberativo, em que estão representadas todas as Secretarias de Governo.” Apenas algumas secretarias estão representadas no CONSEPA (art. 6º).</p> <p>“Subordina-se ao CONAMA, que tem a prerrogativa de revogar suas resoluções.” Não há disposição nesse sentido.</p> <p>“Pode implantar Unidades de Conservação no âmbito do Estado, visando a preservação dos ecossistemas.” De acordo com o art. 7º V, o CONSEPA pode propor a criação, mas ela só será efetivada pela SEDAM (art. 8º, I).</p> <p>“Tem autonomia absoluta na definição e decretação do seu regimento interno.” Nos termos do art. 7º XI, compete ao poder executivo decretar a vigência do regimento interno do CONSEPA.</p> <p>Assim, indefiro o recurso e mantenho o gabarito.</p>	INDEFERIDO	-
50	<p>A alternativa correta é a seguinte: “Conversão, em serviços ambientais, de multas por infrações cometidas antes de 22 de julho de 2008.”</p> <p>De acordo com o artigo 3º, parágrafo 7º do decreto que regulamenta o PRA: art. 3º §7º - “Cumpridas as obrigações estabelecidas no PRA/RO ou Termo de Compromisso para a regularização ambiental das exigências previstas na Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, nos prazos e condições neles estabelecidos, as multas referidas no § 6º serão consideradas como convertidas em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, regularizando o uso de áreas rurais consolidadas, conforme definido no PRA/RO.”</p> <p>As demais alternativas estão erradas, de acordo com os parágrafos 5º, 6º, 7º e 9º do mesmo artigo 3º.</p> <p>Assim, indefiro o recurso e mantenho o gabarito.</p>	INDEFERIDO	-

Cargo: S07 - ANALISTA AMB./ ENG. DE PESCA E AQUICULTURA

Disciplina: LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
40	<p>A alternativa apontada como correta no gabarito oficial tem o seguinte texto: “O emprego da queima controlada em Unidades de Conservação deve ser aprovado pelo órgão gestor da unidade.”</p> <p>A hipótese está prevista no art. 38, inciso II, do novo código florestal: Art. 38. É proibido o uso de fogo na vegetação, exceto nas seguintes situações: (...) II - emprego da queima controlada em Unidades de Conservação, em conformidade com o respectivo plano de manejo e mediante prévia</p>	INDEFERIDO	-

	<p>aprovação do órgão gestor da Unidade de Conservação, visando ao manejo conservacionista da vegetação nativa, cujas características ecológicas estejam associadas evolutivamente à ocorrência do fogo;</p> <p>As demais alternativas estão incorretas.</p> <p>“O uso do fogo na vegetação só é autorizado para a prevenção e combate a incêndios.” Há outras hipóteses previstas no art. 38, razão pela qual a alternativa está incorreta.</p> <p>“Comunidades Indígenas estão autorizadas a utilizar o fogo em qualquer hipótese.” As comunidades indígenas só podem utilizar o fogo em atividades de subsistência, de acordo com o artigo 38 § 2º.</p> <p>“O emprego do fogo em atividades de pesquisa depende unicamente da aprovação do projeto pela reitoria da universidade.” o emprego do fogo em atividades de pesquisa depende da aprovação do projeto pelo órgão ambiental competente do Sisnama (art. 38 III).</p> <p>“O uso do fogo na vegetação depende de autorização do órgão ambiental competente do Sisnama.” O uso do fogo poderá ser realizado sem autorização do Sisnama nas hipóteses do art. 38 §2º: § 2º Exceutam-se da proibição constante no caput as práticas de prevenção e combate aos incêndios e as de agricultura de subsistência exercidas pelas populações tradicionais e indígenas.</p> <p>Diante do exposto, indefiro os recursos e mantenho o gabarito.</p>		
41	<p>A alternativa correta é a seguinte: “A conversão da cobertura vegetal na Subzona 2.2 é desestimulada, dado o potencial para a conservação dessa área.”</p> <p>A afirmação encontra fundamento no art. 19, inciso II da lei complementar 233/00: II – o aproveitamento da área deve se desenvolver sem conversão da cobertura vegetal natural e, quando extremamente necessário, somente em pequenas áreas para atender à subsistência familiar.</p> <p>Isso porque são áreas relevantes para a conservação (art. 19, III) e com baixo custo de oportunidade para tanto (art. 19 parágrafo 1º).</p> <p>As demais assertivas estão incorretas.</p> <p>“Dentre as áreas de uso especial que compõe a Zona 2, encontram-se as Terras Indígenas.” Nos termos do art. 23, as terras indígenas compõe a subzona 3.3, sendo, portanto, áreas institucionais (Zona 3).</p> <p>“Na Subzona 1.1, a grande densidade populacional torna o custo de oportunidade de preservação muito baixo.” De acordo com o art. 13 parágrafo 4º, o custo de oportunidade da preservação em áreas densamente povoadas é “excessivamente elevado”.</p> <p>“A lei destina mais da metade da área do Estado para a preservação dos recursos naturais em unidades de conservação.” Nos termos do art. 7º, 8º e 9º, a lei destina mais de 50% da área do Estado para o uso agropecuário (zona 1).</p> <p>“A vulnerabilidade ambiental e a aptidão para o uso da terra são os critérios legais para a caracterização das subzonas.” A vulnerabilidade ambiental e a aptidão para o uso da terra são critérios legais para a caracterização das subzonas, mas não os únicos, como leva a crer a presença do artigo definido “os”: considera-se também o grau de ocupação.</p> <p>Diante do exposto, indefiro os recursos e mantenho o gabarito.</p>	INDEFERIDO	-

Cargo: S09 - ANALISTA AMB./ ENG. FLORESTAL

Disciplina: LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
---------	---------------	------------------------------------	-------------------------

40	<p>A alternativa apontada como correta no gabarito oficial tem o seguinte texto: "O emprego da queima controlada em Unidades de Conservação deve ser aprovado pelo órgão gestor da unidade."</p> <p>A hipótese está prevista no art. 38, inciso II, do novo código florestal: Art. 38. É proibido o uso de fogo na vegetação, exceto nas seguintes situações: (...) II - emprego da queima controlada em Unidades de Conservação, em conformidade com o respectivo plano de manejo e mediante prévia aprovação do órgão gestor da Unidade de Conservação, visando ao manejo conservacionista da vegetação nativa, cujas características ecológicas estejam associadas evolutivamente à ocorrência do fogo;</p> <p>As demais alternativas estão incorretas.</p> <p>"O uso do fogo na vegetação só é autorizado para a prevenção e combate a incêndios." Há outras hipóteses previstas no art. 38, razão pela qual a alternativa está incorreta.</p> <p>"Comunidades Indígenas estão autorizadas a utilizar o fogo em qualquer hipótese." As comunidades indígenas só podem utilizar o fogo em atividades de subsistência, de acordo com o artigo 38 § 2º.</p> <p>"O emprego do fogo em atividades de pesquisa depende unicamente da aprovação do projeto pela reitoria da universidade." o emprego do fogo em atividades de pesquisa depende da aprovação do projeto pelo órgão ambiental competente do Sisnama (art. 38 III).</p> <p>"O uso do fogo na vegetação depende de autorização do órgão ambiental competente do Sisnama." O uso do fogo poderá ser realizado sem autorização do Sisnama nas hipóteses do art. 38 §2º: § 2º Exceção-se da proibição constante no caput as práticas de prevenção e combate aos incêndios e as de agricultura de subsistência exercidas pelas populações tradicionais e indígenas.</p> <p>Diante do exposto, indefiro os recursos e mantenho o gabarito.</p>	INDEFERIDO	-
41	<p>A alternativa correta é a seguinte: "A conversão da cobertura vegetal na Subzona 2.2 é desestimulada, dado o potencial para a conservação dessa área."</p> <p>A afirmação encontra fundamento no art. 19, inciso II da lei complementar 233/00: II – o aproveitamento da área deve se desenvolver sem conversão da cobertura vegetal natural e, quando extremamente necessário, somente em pequenas áreas para atender à subsistência familiar.</p> <p>Isso porque são áreas relevantes para a conservação (art. 19, III) e com baixo custo de oportunidade para tanto (art. 19 parágrafo 1º).</p> <p>As demais assertivas estão incorretas.</p> <p>"Dentre as áreas de uso especial que compõe a Zona 2, encontram-se as Terras Indígenas." Nos termos do art. 23, as terras indígenas compõe a subzona 3.3, sendo, portanto, áreas institucionais (Zona 3).</p> <p>"Na Subzona 1.1, a grande densidade populacional torna o custo de oportunidade de preservação muito baixo." De acordo com o art. 13 parágrafo 4º, o custo de oportunidade da preservação em áreas densamente povoadas é "excessivamente elevado".</p> <p>"A lei destina mais da metade da área do Estado para a preservação dos recursos naturais em unidades de conservação." Nos termos do art. 7º, 8º e 9º, a lei destina mais de 50% da área do Estado para o uso agropecuário (zona 1).</p> <p>"A vulnerabilidade ambiental e a aptidão para o uso da terra são os critérios legais para a caracterização das subzonas." A vulnerabilidade ambiental e a aptidão para o uso da terra são critérios legais para a caracterização das subzonas, mas não os únicos, como leva a crer a presença do artigo definido "os": considera-se também o grau de ocupação.</p> <p>Diante do exposto, indefiro os recursos e mantenho o gabarito.</p>	INDEFERIDO	-

--	--	--	--

Cargo: S13 - ANALISTA AMB./ ENG. SANITARISTA

Disciplina: LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
37	<p>A alternativa correta é a seguinte:</p> <p>“Podem ser obrigadas a prestar serviços à comunidade.”</p> <p>A hipótese está prevista no art. 21 da lei 9.605/98, que prevê a possibilidade de se apenar a pessoa jurídica criminosa com a prestação de serviços à comunidade, o que é detalhado no art. 23 da mesma lei.</p> <p>As demais alternativas estão incorretas.</p> <p>Ressalte-se que nem a interdição temporária de obra, nem o custeio de projetos ambientais tem natureza de multa, razão pela qual as alternativas “Podem ser multadas com a interdição temporária de obra” e “Podem ser obrigadas a custear projetos ambientais, a título de multa” estão incorretas.</p> <p>Diante do exposto, indefiro os recursos e mantenho o gabarito.</p>	INDEFERIDO	-
40	<p>A alternativa apontada como correta no gabarito oficial tem o seguinte texto:</p> <p>“O emprego da queima controlada em Unidades de Conservação deve ser aprovado pelo órgão gestor da unidade.”</p> <p>A hipótese está prevista no art. 38, inciso II, do novo código florestal:</p> <p>Art. 38. É proibido o uso de fogo na vegetação, exceto nas seguintes situações: (...)</p> <p>II - emprego da queima controlada em Unidades de Conservação, em conformidade com o respectivo plano de manejo e mediante prévia aprovação do órgão gestor da Unidade de Conservação, visando ao manejo conservacionista da vegetação nativa, cujas características ecológicas estejam associadas evolutivamente à ocorrência do fogo;</p> <p>As demais alternativas estão incorretas.</p> <p>“O uso do fogo na vegetação só é autorizado para a prevenção e combate a incêndios.”</p> <p>Há outras hipóteses previstas no art. 38, razão pela qual a alternativa está incorreta.</p> <p>“Comunidades Indígenas estão autorizadas a utilizar o fogo em qualquer hipótese.”</p> <p>As comunidades indígenas só podem utilizar o fogo em atividades de subsistência, de acordo com o artigo 38 § 2º.</p> <p>“O emprego do fogo em atividades de pesquisa depende unicamente da aprovação do projeto pela reitoria da universidade.”</p> <p>o emprego do fogo em atividades de pesquisa depende da aprovação do projeto pelo órgão ambiental competente do Sisnama (art. 38 III).</p> <p>“O uso do fogo na vegetação depende de autorização do órgão ambiental competente do Sisnama.”</p> <p>O uso do fogo poderá ser realizado sem autorização do Sisnama nas hipóteses do art. 38 §2º:</p> <p>§ 2º Exceuem-se da proibição constante no caput as práticas de prevenção e combate aos incêndios e as de agricultura de subsistência exercidas pelas populações tradicionais e indígenas.</p> <p>Diante do exposto, indefiro os recursos e mantenho o gabarito.</p>	INDEFERIDO	-
47	<p>A alternativa correta é a seguinte:</p> <p>“Será critério para análise de autorização de funcionamento das instituições de ensino.”</p> <p>Isso segundo o artigo 12 da lei que institui a Política Nacional de Educação Ambiental:</p> <p>Art. 12. “A autorização e supervisão do funcionamento de instituições de ensino e de seus cursos, nas redes pública e privada, observarão o</p>	INDEFERIDO	-

	<p>cumprimento do disposto nos arts. 10 e 11 desta Lei.”</p> <p>Os artigos 10 e 11 dispõe o seguinte:</p> <p>Art. 10. A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal.</p> <p>§ 1o A educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino.</p> <p>§ 2o Nos cursos de pós-graduação, extensão e nas áreas voltadas ao aspecto metodológico da educação ambiental, quando se fizer necessário, é facultada a criação de disciplina específica.</p> <p>§ 3o Nos cursos de formação e especialização técnico-profissional, em todos os níveis, deve ser incorporado conteúdo que trate da ética ambiental das atividades profissionais a serem desenvolvidas.</p> <p>Art. 11. A dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas.</p> <p>Parágrafo único. Os professores em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental.</p> <p>Assim, indefiro o recurso e mantenho o gabarito.</p>		
--	--	--	--

Cargo: S14 - ANALISTA AMB./ GEÓGRAFO

Disciplina: LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
32	<p>A alternativa apontada como correta no gabarito oficial tem o seguinte texto: “A zona de amortecimento, quando existente, deve ser abrangida pelo plano de manejo da unidade.”</p> <p>Tal afirmativa encontra respaldo no artigo 26, parágrafo 1º, cominado com o artigo 25, ambos da lei estadual 1.144:</p> <p>art. 26, parágrafo 1º - O plano de manejo deve abranger a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos (...)</p> <p>art. 25 – As unidades de conservação, exceto as Áreas de Proteção Ambiental – APA e Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN, devem possuir zona de amortecimento e, quando conveniente, corredores ecológicos.</p> <p>As demais alternativas estão incorretas, pelo exposto abaixo:</p> <p>“A ampliação de unidade de conservação além dos limites originalmente protegidos deve ser realizada por lei.”</p> <p>A alternativa está incorreta, dado que a criação ou ampliação de unidade de conservação é feita por ato do poder executivo, não sendo necessária lei em sentido estrito. É esse o entendimento adotado tanto no sistema federal quanto no sistema rondoniense de unidades de conservação, o que é confirmado pelo artigo 21, parágrafo 5º da lei 1.144:</p> <p>art. 21, parágrafo 5º - a ampliação pode ser feita por instrumento de mesmo nível hierárquico daquele que criou a unidade, desde que mantida a área inicialmente abrangida pela unidade.</p> <p>“É vedada a introdução nas unidades de conservação de espécies exóticas, não integrantes dos ecossistemas protegidos.”</p> <p>A afirmativa reproduz o caput do artigo 28 da lei 1.144. No entanto, no mesmo artigo, são fixadas as exceções ao disposto no caput:</p> <p>§ 1o Excetua-se do disposto no caput deste artigo as Áreas de Proteção Ambiental, as Reservas Extrativistas, as Florestas Estaduais de Rendimento Sustentado, bem como os animais e plantas necessários á administração e atividades das demais unidades de conservação de acordo com o que dispuser o regulamento desta Lei.</p> <p>§ 2o Nas áreas particulares localizadas em Refúgio de Vida Silvestre e Monumento Natural, podem ser criados animais domésticos e cultivados plantas consideradas compatíveis com as finalidades da unidade, de</p>	INDEFERIDO	-

	<p>acordo com o que dispuser o seu plano de manejo.</p> <p>Diante do exposto, indefiro os recursos e mantenho o gabarito.</p>		
36	<p>A alternativa correta tem o seguinte texto: "Implementadores do princípio do poluidor-pagador."</p> <p>A responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto e a logística reversa são instrumentos implementadores do mencionado princípio, previsto no art. 4º da PNMA (Lei 6983/1981). É esse o entendimento, por todos, de RODRIGUES: "Esses dois institutos – "responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos" e "logística reversa" – são, claramente, mecanismos implementadores do princípio do poluidor/usuário-pagador, na medida em que impõem aos poluidores o dever de internalizar no seu custo o impacto ambiental causado pelo resíduo a que dão origem." (RODRIGUES, Marcelo Abelha. Direito Ambiental Esquemático. São Paulo: Saraiva, 2013. P. 188).</p> <p>As demais alternativas estão incorretas. "Voltados para a gestão dos rejeitos oriundos da atividade produtiva. Os instrumentos mencionados estão voltados para a gestão de resíduos sólidos, não apenas de rejeitos, de acordo com a PNRS: art. 3º, XII – a logística reversa destina-se a viabilizar a coleta de resíduos sólidos em geral, com o intuito de reaproveita-los em ciclos produtivos.</p> <p>"Cujas implementação deve ocorrer sem a participação do poder público." A participação do poder público é fundamental, por exemplo, na definição dos planos municipais (PNRS, art. 19 XV).</p> <p>"De adoção meramente facultativa." Para alguns setores, a logística reversa é obrigatória, como disposto no art. 33 da PNRS.</p> <p>"Pouco relacionados à manutenção da saúde pública, focando-se na proteção ambiental." Há preocupação expressa na lei com a extensão do impacto à saúde pública para a implantação da logística reversa (art. 33 §2º).</p> <p>Diante do exposto, indefiro os recursos e mantenho o gabarito.</p>	INDEFERIDO	-
37	<p>A alternativa correta é a seguinte: "Podem ser obrigadas a prestar serviços à comunidade."</p> <p>A hipótese está prevista no art. 21 da lei 9.605/98, que prevê a possibilidade de se apenar a pessoa jurídica criminosa com a prestação de serviços à comunidade, o que é detalhado no art. 23 da mesma lei.</p> <p>As demais alternativas estão incorretas.</p> <p>Ressalte-se que nem a interdição temporária de obra, nem o custeio de projetos ambientais tem natureza de multa, razão pela qual as alternativas "Podem ser multadas com a interdição temporária de obra" e "Podem ser obrigadas a custear projetos ambientais, a título de multa" estão incorretas.</p> <p>Diante do exposto, indefiro os recursos e mantenho o gabarito.</p>	INDEFERIDO	-
40	<p>A alternativa apontada como correta no gabarito oficial tem o seguinte texto: "O emprego da queima controlada em Unidades de Conservação deve ser aprovado pelo órgão gestor da unidade."</p> <p>A hipótese está prevista no art. 38, inciso II, do novo código florestal: Art. 38. É proibido o uso de fogo na vegetação, exceto nas seguintes situações: (...) II - emprego da queima controlada em Unidades de Conservação, em conformidade com o respectivo plano de manejo e mediante prévia aprovação do órgão gestor da Unidade de Conservação, visando ao manejo conservacionista da vegetação nativa, cujas características ecológicas estejam associadas evolutivamente à ocorrência do fogo;</p> <p>As demais alternativas estão incorretas.</p> <p>"O uso do fogo na vegetação só é autorizado para a prevenção e combate a incêndios."</p>	INDEFERIDO	-

	<p>Há outras hipóteses previstas no art. 38, razão pela qual a alternativa está incorreta.</p> <p>“Comunidades Indígenas estão autorizadas a utilizar o fogo em qualquer hipótese.” As comunidades indígenas só podem utilizar o fogo em atividades de subsistência, de acordo com o artigo 38 § 2º.</p> <p>“O emprego do fogo em atividades de pesquisa depende unicamente da aprovação do projeto pela reitoria da universidade.” o emprego do fogo em atividades de pesquisa depende da aprovação do projeto pelo órgão ambiental competente do Sisnama (art. 38 III).</p> <p>“O uso do fogo na vegetação depende de autorização do órgão ambiental competente do Sisnama.” O uso do fogo poderá ser realizado sem autorização do Sisnama nas hipóteses do art. 38 §2º: § 2º Excetua-se da proibição constante no caput as práticas de prevenção e combate aos incêndios e as de agricultura de subsistência exercidas pelas populações tradicionais e indígenas.</p> <p>Diante do exposto, indefiro os recursos e mantenho o gabarito.</p>		
41	<p>A alternativa correta é a seguinte: “A conversão da cobertura vegetal na Subzona 2.2 é desestimulada, dado o potencial para a conservação dessa área.”</p> <p>A afirmação encontra fundamento no art. 19, inciso II da lei complementar 233/00: II – o aproveitamento da área deve se desenvolver sem conversão da cobertura vegetal natural e, quando extremamente necessário, somente em pequenas áreas para atender à subsistência familiar.</p> <p>Isso porque são áreas relevantes para a conservação (art. 19, III) e com baixo custo de oportunidade para tanto (art. 19 parágrafo 1º).</p> <p>As demais assertivas estão incorretas.</p> <p>“Dentre as áreas de uso especial que compõe a Zona 2, encontram-se as Terras Indígenas.” Nos termos do art. 23, as terras indígenas compõe a subzona 3.3, sendo, portanto, áreas institucionais (Zona 3).</p> <p>“Na Subzona 1.1, a grande densidade populacional torna o custo de oportunidade de preservação muito baixo.” De acordo com o art. 13 parágrafo 4º, o custo de oportunidade da preservação em áreas densamente povoadas é “excessivamente elevado”.</p> <p>“A lei destina mais da metade da área do Estado para a preservação dos recursos naturais em unidades de conservação.” Nos termos do art. 7º, 8º e 9º, a lei destina mais de 50% da área do Estado para o uso agropecuário (zona 1).</p> <p>“A vulnerabilidade ambiental e a aptidão para o uso da terra são os critérios legais para a caracterização das subzonas.” A vulnerabilidade ambiental e a aptidão para o uso da terra são critérios legais para a caracterização das subzonas, mas não os únicos, como leva a crer a presença do artigo definido “os”: considera-se também o grau de ocupação.</p> <p>Diante do exposto, indefiro os recursos e mantenho o gabarito.</p>	INDEFERIDO	-
42	<p>As indústrias siderúrgicas que utilizem carvão vegetal fazem uso de um produto florestal como combustível, razão pela qual devem “comprovar, para fins de licenciamento ambiental, que possuem disponibilidade daqueles insumos capazes de assegurar, técnica e legalmente, o respectivo suprimento”, como disposto no art. 225, parágrafo 2º da Constituição Estadual.</p> <p>As demais atividades citadas são controladas pelo Poder Público Estadual – ou proibidas, no caso dos resíduos atômicos –, mas tem o requisito específico mencionado no enunciado como condição para a concessão de licenciamento ambiental.</p> <p>Diante do exposto, indefiro os recursos e mantenho o gabarito.</p>	INDEFERIDO	-
48	<p>A alternativa correta é a seguinte: “Tem por atribuição articular a criação e implantação dos Conselhos Municipais de</p>	INDEFERIDO	-

	<p>Defesa do Meio Ambiente.”</p> <p>Isso com base no art. 7º, IV da lei que organiza o CONSEPA: IV – “articular com os municípios a criação e implantação dos conselhos Municipais de Defesa do Meio Ambiente – CODEMAS.”</p> <p>As demais alternativas estão incorretas. “É órgão deliberativo, em que estão representadas todas as Secretarias de Governo.” Apenas algumas secretarias estão representadas no CONSEPA (art. 6º).</p> <p>“Subordina-se ao CONAMA, que tem a prerrogativa de revogar suas resoluções.” Não há disposição nesse sentido.</p> <p>“Pode implantar Unidades de Conservação no âmbito do Estado, visando a preservação dos ecossistemas.” De acordo com o art. 7º V, o CONSEPA pode propor a criação, mas ela só será efetivada pela SEDAM (art. 8º, I).</p> <p>“Tem autonomia absoluta na definição e decretação do seu regimento interno.” Nos termos do art. 7º XI, compete ao poder executivo decretar a vigência do regimento interno do CONSEPA.</p> <p>Assim, indefiro o recurso e mantenho o gabarito.</p>		
--	---	--	--

Cargo: S17 - ANALISTA AMB./ METEOROLOGISTA

Disciplina: LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
37	<p>A alternativa correta é a seguinte:</p> <p>“Podem ser obrigadas a prestar serviços à comunidade.”</p> <p>A hipótese está prevista no art. 21 da lei 9.605/98, que prevê a possibilidade de se apenar a pessoa jurídica criminosa com a prestação de serviços à comunidade, o que é detalhado no art. 23 da mesma lei.</p> <p>As demais alternativas estão incorretas.</p> <p>Ressalte-se que nem a interdição temporária de obra, nem o custeio de projetos ambientais tem natureza de multa, razão pela qual as alternativas “Podem ser multadas com a interdição temporária de obra” e “Podem ser obrigadas a custear projetos ambientais, a título de multa” estão incorretas.</p> <p>Diante do exposto, indefiro os recursos e mantenho o gabarito.</p>	INDEFERIDO	-
40	<p>A alternativa apontada como correta no gabarito oficial tem o seguinte texto: “O emprego da queima controlada em Unidades de Conservação deve ser aprovado pelo órgão gestor da unidade.”</p> <p>A hipótese está prevista no art. 38, inciso II, do novo código florestal: Art. 38. É proibido o uso de fogo na vegetação, exceto nas seguintes situações: (...) II - emprego da queima controlada em Unidades de Conservação, em conformidade com o respectivo plano de manejo e mediante prévia aprovação do órgão gestor da Unidade de Conservação, visando ao manejo conservacionista da vegetação nativa, cujas características ecológicas estejam associadas evolutivamente à ocorrência do fogo;</p> <p>As demais alternativas estão incorretas.</p> <p>“O uso do fogo na vegetação só é autorizado para a prevenção e combate a incêndios.” Há outras hipóteses previstas no art. 38, razão pela qual a alternativa está incorreta.</p> <p>“Comunidades Indígenas estão autorizadas a utilizar o fogo em qualquer hipótese.” As comunidades indígenas só podem utilizar o fogo em atividades de subsistência, de acordo com o artigo 38 § 2º.</p> <p>“O emprego do fogo em atividades de pesquisa depende unicamente da aprovação</p>	INDEFERIDO	-

	<p>do projeto pela reitoria da universidade.” o emprego do fogo em atividades de pesquisa depende da aprovação do projeto pelo órgão ambiental competente do Sisnama (art. 38 III).</p> <p>“O uso do fogo na vegetação depende de autorização do órgão ambiental competente do Sisnama.” O uso do fogo poderá ser realizado sem autorização do Sisnama nas hipóteses do art. 38 §2º: § 2º Exceuem-se da proibição constante no caput as práticas de prevenção e combate aos incêndios e as de agricultura de subsistência exercidas pelas populações tradicionais e indígenas.</p> <p>Diante do exposto, indefiro os recursos e mantenho o gabarito.</p>		
41	<p>A alternativa correta é a seguinte: “A conversão da cobertura vegetal na Subzona 2.2 é desestimulada, dado o potencial para a conservação dessa área.”</p> <p>A afirmação encontra fundamento no art. 19, inciso II da lei complementar 233/00: II – o aproveitamento da área deve se desenvolver sem conversão da cobertura vegetal natural e, quando extremamente necessário, somente em pequenas áreas para atender à subsistência familiar.</p> <p>Isso porque são áreas relevantes para a conservação (art. 19, III) e com baixo custo de oportunidade para tanto (art. 19 parágrafo 1º).</p> <p>As demais assertivas estão incorretas.</p> <p>“Dentre as áreas de uso especial que compõe a Zona 2, encontram-se as Terras Indígenas.” Nos termos do art. 23, as terras indígenas compõe a subzona 3.3, sendo, portanto, áreas institucionais (Zona 3).</p> <p>“Na Subzona 1.1, a grande densidade populacional torna o custo de oportunidade de preservação muito baixo.” De acordo com o art. 13 parágrafo 4º, o custo de oportunidade da preservação em áreas densamente povoadas é “excessivamente elevado”.</p> <p>“A lei destina mais da metade da área do Estado para a preservação dos recursos naturais em unidades de conservação.” Nos termos do art. 7º, 8º e 9º, a lei destina mais de 50% da área do Estado para o uso agropecuário (zona 1).</p> <p>“A vulnerabilidade ambiental e a aptidão para o uso da terra são os critérios legais para a caracterização das subzonas.” A vulnerabilidade ambiental e a aptidão para o uso da terra são critérios legais para a caracterização das subzonas, mas não os únicos, como leva a crer a presença do artigo definido “os”: considera-se também o grau de ocupação.</p> <p>Diante do exposto, indefiro os recursos e mantenho o gabarito.</p>	INDEFERIDO	-
42	<p>As indústrias siderúrgicas que utilizem carvão vegetal fazem uso de um produto florestal como combustível, razão pela qual devem “comprovar, para fins de licenciamento ambiental, que possuem disponibilidade daqueles insumos capazes de assegurar, técnica e legalmente, o respectivo suprimento”, como disposto no art. 225, parágrafo 2º da Constituição Estadual.</p> <p>As demais atividades citadas são controladas pelo Poder Público Estadual – ou proibidas, no caso dos resíduos atômicos –, mas tem o requisito específico mencionado no enunciado como condição para a concessão de licenciamento ambiental.</p> <p>Diante do exposto, indefiro os recursos e mantenho o gabarito.</p>	INDEFERIDO	-
43	<p>A alternativa correta é a seguinte: “É adequada, pois as normas autorizam o poder público a apreender e vender os animais exóticos encontrados em Reserva Biológica.”</p> <p>A afirmação baseia-se no artigo 103, inciso I, do Decreto 6.514 de 2008, que autoriza a apreensão de animais exóticos encontrados no interior de unidade de conservação de proteção integral – como a Reserva Biológica. Já o artigo 107 do mesmo decreto autoriza, no inciso II, a venda dos animais exóticos apreendidos.</p> <p>As demais alternativas estão incorretas. “É parcialmente adequada, pois o poder público, ao invés de vender os animais</p>	INDEFERIDO	-

	<p>apreendidos, deveria doá-los.” De acordo com o art. 107 do decreto mencionado, não há o dever de doar; há mera faculdade, apontada no §1º.</p> <p>“É ilegal, pois não há respaldo para a apreensão de animais exóticos em seu habitat natural.” Os animais eram exóticos; não estavam, portanto, em seu habitat natural.</p> <p>“É ilegal, pois a venda só poderia ser consumada ao final do processo administrativo.” De acordo com o art. 107, a venda é facultada mesmo durante o processo, identificado o risco de perecimento.</p> <p>“É parcialmente adequada, pois o poder público deveria libertar os animais em seu habitat natural.” Não há obrigação de libertar animais exóticos em seu habitat natural.</p> <p>Diante do exposto, indefiro o recurso e mantenho o gabarito.</p>		
--	---	--	--

Cargo: S18 - ANALISTA AMB./ QUÍMICO

Disciplina: LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
32	<p>A alternativa apontada como correta no gabarito oficial tem o seguinte texto: “A zona de amortecimento, quando existente, deve ser abrangida pelo plano de manejo da unidade.”</p> <p>Tal afirmativa encontra respaldo no artigo 26, parágrafo 1º, cominado com o artigo 25, ambos da lei estadual 1.144: art. 26, parágrafo 1º - O plano de manejo deve abranger a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos (...) art. 25 – As unidades de conservação, exceto as Áreas de Proteção Ambiental – APA e Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN, devem possuir zona de amortecimento e, quando conveniente, corredores ecológicos.</p> <p>As demais alternativas estão incorretas, pelo exposto abaixo:</p> <p>“A ampliação de unidade de conservação além dos limites originalmente protegidos deve ser realizada por lei.”</p> <p>A alternativa está incorreta, dado que a criação ou ampliação de unidade de conservação é feita por ato do poder executivo, não sendo necessária lei em sentido estrito. É esse o entendimento adotado tanto no sistema federal quanto no sistema rondoniense de unidades de conservação, o que é confirmado pelo artigo 21, parágrafo 5º da lei 1.144: art. 21, parágrafo 5º - a ampliação pode ser feita por instrumento de mesmo nível hierárquico daquele que criou a unidade, desde que mantida a área inicialmente abrangida pela unidade.</p> <p>“É vedada a introdução nas unidades de conservação de espécies exóticas, não integrantes dos ecossistemas protegidos.”</p> <p>A afirmativa reproduz o caput do artigo 28 da lei 1.144. No entanto, no mesmo artigo, são fixadas as exceções ao disposto no caput:</p> <p>§ 1o Excetua-se do disposto no caput deste artigo as Áreas de Proteção Ambiental, as Reservas Extrativistas, as Florestas Estaduais de Rendimento Sustentado, bem como os animais e plantas necessários à administração e atividades das demais unidades de conservação de acordo com o que dispuser o regulamento desta Lei. § 2o Nas áreas particulares localizadas em Refúgio de Vida Silvestre e Monumento Natural, podem ser criados animais domésticos e cultivados plantas consideradas compatíveis com as finalidades da unidade, de acordo com o que dispuser o seu plano de manejo.</p> <p>Diante do exposto, indefiro os recursos e mantenho o gabarito.</p>	INDEFERIDO	-

Cargo: S19 - ANALISTA AMB./ ZOOTECNISTA

Disciplina: LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
37	<p>A alternativa correta é a seguinte:</p> <p>“Podem ser obrigadas a prestar serviços à comunidade.”</p> <p>A hipótese está prevista no art. 21 da lei 9.605/98, que prevê a possibilidade de se apenar a pessoa jurídica criminosa com a prestação de serviços à comunidade, o que é detalhado no art. 23 da mesma lei.</p> <p>As demais alternativas estão incorretas.</p> <p>Ressalte-se que nem a interdição temporária de obra, nem o custeio de projetos ambientais tem natureza de multa, razão pela qual as alternativas “Podem ser multadas com a interdição temporária de obra” e “Podem ser obrigadas a custear projetos ambientais, a título de multa” estão incorretas.</p> <p>Diante do exposto, indefiro os recursos e mantenho o gabarito.</p>	INDEFERIDO	-

Cargo: S24 - TÉC. EM DESENV. AMB./ PSICÓLOGO

Disciplina: LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
31	<p>A questão recorrida fundamenta-se no art. 2º, inc. IV, da Lei Estadual 1.144/2002, que institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza – SEUC/RO:</p> <p>IV – proteção integral: manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, <u>admitindo apenas o uso indireto dos seus atributos naturais.</u></p> <p>A hipótese é também regulada no artigo 7º, parágrafo 1º. Exemplos de uso indireto são os serviços ambientais gerados pela manutenção de espécies de polinizadores relevantes para a agricultura e pela manutenção da qualidade dos recursos hídricos.</p> <p>Diante do exposto, indefiro o recurso e mantenho o gabarito oficial.</p>	INDEFERIDO	-
36	<p>A alternativa correta tem o seguinte texto:</p> <p>“Implementadores do princípio do poluidor-pagador.”</p> <p>A responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto e a logística reversa são instrumentos implementadores do mencionado princípio, previsto no art. 4º da PNMA (Lei 6983/1981). É esse o entendimento, por todos, de RODRIGUES:</p> <p>“Esses dois institutos – “responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos” e “logística reversa” – são, claramente, mecanismos implementadores do princípio do poluidor/usuário-pagador, na medida em que impõem aos poluidores o dever de internalizar no seu custo o impacto ambiental causado pelo resíduo a que dão origem.” (RODRIGUES, Marcelo Abelha. Direito Ambiental Esquemático. São Paulo: Saraiva, 2013. P. 188).</p> <p>As demais alternativas estão incorretas.</p> <p>“Voltados para a gestão dos rejeitos oriundos da atividade produtiva.</p> <p>Os instrumentos mencionados estão voltados para a gestão de resíduos sólidos, não apenas de rejeitos, de acordo com a PNRS:</p> <p>art. 3º, XII – a logística reversa destina-se a viabilizar a coleta de resíduos sólidos em geral, com o intuito de reaproveitá-los em ciclos produtivos.</p> <p>“Cuja implementação deve ocorrer sem a participação do poder público.”</p> <p>A participação do poder público é fundamental, por exemplo, na definição dos planos municipais (PNRS, art. 19 XV).</p> <p>“De adoção meramente facultativa.”</p> <p>Para alguns setores, a logística reversa é obrigatória, como disposto no art. 33 da PNRS.</p>	INDEFERIDO	-

	<p>"Pouco relacionados à manutenção da saúde pública, focando-se na proteção ambiental."</p> <p>Há preocupação expressa na lei com a extensão do impacto à saúde pública para a implantação da logística reversa (art. 33 §2º).</p> <p>Diante do exposto, indefiro os recursos e mantenho o gabarito.</p>		
37	<p>A alternativa correta é a seguinte:</p> <p>"Podem ser obrigadas a prestar serviços à comunidade."</p> <p>A hipótese está prevista no art. 21 da lei 9.605/98, que prevê a possibilidade de se apenar a pessoa jurídica criminosa com a prestação de serviços à comunidade, o que é detalhado no art. 23 da mesma lei.</p> <p>As demais alternativas estão incorretas.</p> <p>Ressalte-se que nem a interdição temporária de obra, nem o custeio de projetos ambientais tem natureza de multa, razão pela qual as alternativas "Podem ser multadas com a interdição temporária de obra" e "Podem ser obrigadas a custear projetos ambientais, a título de multa" estão incorretas.</p> <p>Diante do exposto, indefiro os recursos e mantenho o gabarito.</p>	INDEFERIDO	-
40	<p>A alternativa apontada como correta no gabarito oficial tem o seguinte texto: "O emprego da queima controlada em Unidades de Conservação deve ser aprovado pelo órgão gestor da unidade."</p> <p>A hipótese está prevista no art. 38, inciso II, do novo código florestal: Art. 38. É proibido o uso de fogo na vegetação, exceto nas seguintes situações: (...) II - emprego da queima controlada em Unidades de Conservação, em conformidade com o respectivo plano de manejo e mediante prévia aprovação do órgão gestor da Unidade de Conservação, visando ao manejo conservacionista da vegetação nativa, cujas características ecológicas estejam associadas evolutivamente à ocorrência do fogo;</p> <p>As demais alternativas estão incorretas.</p> <p>"O uso do fogo na vegetação só é autorizado para a prevenção e combate a incêndios." Há outras hipóteses previstas no art. 38, razão pela qual a alternativa está incorreta.</p> <p>"Comunidades Indígenas estão autorizadas a utilizar o fogo em qualquer hipótese." As comunidades indígenas só podem utilizar o fogo em atividades de subsistência, de acordo com o artigo 38 § 2º.</p> <p>"O emprego do fogo em atividades de pesquisa depende unicamente da aprovação do projeto pela reitoria da universidade." o emprego do fogo em atividades de pesquisa depende da aprovação do projeto pelo órgão ambiental competente do Sisnama (art. 38 III).</p> <p>"O uso do fogo na vegetação depende de autorização do órgão ambiental competente do Sisnama." O uso do fogo poderá ser realizado sem autorização do Sisnama nas hipóteses do art. 38 §2º: § 2º Excetua-se da proibição constante no caput as práticas de prevenção e combate aos incêndios e as de agricultura de subsistência exercidas pelas populações tradicionais e indígenas.</p> <p>Diante do exposto, indefiro os recursos e mantenho o gabarito.</p>	INDEFERIDO	-
42	<p>As indústrias siderúrgicas que utilizem carvão vegetal fazem uso de um produto florestal como combustível, razão pela qual devem "comprovar, para fins de licenciamento ambiental, que possuem disponibilidade daqueles insumos capazes de assegurar, técnica e legalmente, o respectivo suprimento", como disposto no art. 225, parágrafo 2º da Constituição Estadual.</p> <p>As demais atividades citadas são controladas pelo Poder Público Estadual – ou proibidas, no caso dos resíduos atômicos –, mas tem o requisito específico mencionado no enunciado como condição para a concessão de licenciamento ambiental.</p> <p>Diante do exposto, indefiro os recursos e mantenho o gabarito.</p>	INDEFERIDO	-

47	<p>A alternativa correta é a seguinte:</p> <p>“Será critério para análise de autorização de funcionamento das instituições de ensino.”</p> <p>Isso segundo o artigo 12 da lei que institui a Política Nacional de Educação Ambiental:</p> <p>Art. 12. “A autorização e supervisão do funcionamento de instituições de ensino e de seus cursos, nas redes pública e privada, observarão o cumprimento do disposto nos arts. 10 e 11 desta Lei.”</p> <p>Os artigos 10 e 11 dispõe o seguinte:</p> <p>Art. 10. A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal.</p> <p>§ 1º A educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino.</p> <p>§ 2º Nos cursos de pós-graduação, extensão e nas áreas voltadas ao aspecto metodológico da educação ambiental, quando se fizer necessário, é facultada a criação de disciplina específica.</p> <p>§ 3º Nos cursos de formação e especialização técnico-profissional, em todos os níveis, deve ser incorporado conteúdo que trate da ética ambiental das atividades profissionais a serem desenvolvidas.</p> <p>Art. 11. A dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas.</p> <p>Parágrafo único. Os professores em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental.</p> <p>Assim, indefiro o recurso e mantenho o gabarito.</p>	INDEFERIDO	-
----	--	------------	---

Cargo: S26 - TÉC. EM DESENV. AMB./ TECN. EM GESTÃO AMBIENTAL

Disciplina: LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
39	<p>A compensação de reserva legal só pode ser realizada dentro do mesmo bioma, de acordo com a lei 12.651/2012:</p> <p>Art. 48. A CRA pode ser transferida, onerosa ou gratuitamente, a pessoa física ou a pessoa jurídica de direito público ou privado, mediante termo assinado pelo titular da CRA e pelo adquirente.</p> <p>(...)</p> <p>§ 2º A CRA só pode ser utilizada para compensar Reserva Legal de imóvel rural situado no mesmo bioma da área à qual o título está vinculado.</p> <p>Diante do exposto, indefiro o recurso e mantenho o gabarito.</p>	INDEFERIDO	-
40	<p>A alternativa apontada como correta no gabarito oficial tem o seguinte texto: “O emprego da queima controlada em Unidades de Conservação deve ser aprovado pelo órgão gestor da unidade.”</p> <p>A hipótese está prevista no art. 38, inciso II, do novo código florestal:</p> <p>Art. 38. É proibido o uso de fogo na vegetação, exceto nas seguintes situações: (...)</p> <p>II - emprego da queima controlada em Unidades de Conservação, em conformidade com o respectivo plano de manejo e mediante prévia aprovação do órgão gestor da Unidade de Conservação, visando ao manejo conservacionista da vegetação nativa, cujas características ecológicas estejam associadas evolutivamente à ocorrência do fogo;</p> <p>As demais alternativas estão incorretas.</p> <p>“O uso do fogo na vegetação só é autorizado para a prevenção e combate a incêndios.”</p> <p>Há outras hipóteses previstas no art. 38, razão pela qual a alternativa está incorreta.</p> <p>“Comunidades Indígenas estão autorizadas a utilizar o fogo em qualquer hipótese.”</p>	INDEFERIDO	-

	<p>As comunidades indígenas só podem utilizar o fogo em atividades de subsistência, de acordo com o artigo 38 § 2º.</p> <p>“O emprego do fogo em atividades de pesquisa depende unicamente da aprovação do projeto pela reitoria da universidade.” o emprego do fogo em atividades de pesquisa depende da aprovação do projeto pelo órgão ambiental competente do Sisnama (art. 38 III).</p> <p>“O uso do fogo na vegetação depende de autorização do órgão ambiental competente do Sisnama.” O uso do fogo poderá ser realizado sem autorização do Sisnama nas hipóteses do art. 38 §2º: § 2º Excetuam-se da proibição constante no caput as práticas de prevenção e combate aos incêndios e as de agricultura de subsistência exercidas pelas populações tradicionais e indígenas.</p> <p>Diante do exposto, indefiro os recursos e mantenho o gabarito.</p>		
41	<p>A alternativa correta é a seguinte: “A conversão da cobertura vegetal na Subzona 2.2 é desestimulada, dado o potencial para a conservação dessa área.”</p> <p>A afirmação encontra fundamento no art. 19, inciso II da lei complementar 233/00: II – o aproveitamento da área deve se desenvolver sem conversão da cobertura vegetal natural e, quando extremamente necessário, somente em pequenas áreas para atender à subsistência familiar.</p> <p>Isso porque são áreas relevantes para a conservação (art. 19, III) e com baixo custo de oportunidade para tanto (art. 19 parágrafo 1º).</p> <p>As demais assertivas estão incorretas.</p> <p>“Dentre as áreas de uso especial que compõe a Zona 2, encontram-se as Terras Indígenas.” Nos termos do art. 23, as terras indígenas compõe a subzona 3.3, sendo, portanto, áreas institucionais (Zona 3).</p> <p>“Na Subzona 1.1, a grande densidade populacional torna o custo de oportunidade de preservação muito baixo.” De acordo com o art. 13 parágrafo 4º, o custo de oportunidade da preservação em áreas densamente povoadas é “excessivamente elevado”.</p> <p>“A lei destina mais da metade da área do Estado para a preservação dos recursos naturais em unidades de conservação.” Nos termos do art. 7º, 8º e 9º, a lei destina mais de 50% da área do Estado para o uso agropecuário (zona 1).</p> <p>“A vulnerabilidade ambiental e a aptidão para o uso da terra são os critérios legais para a caracterização das subzonas.” A vulnerabilidade ambiental e a aptidão para o uso da terra são critérios legais para a caracterização das subzonas, mas não os únicos, como leva a crer a presença do artigo definido “os”: considera-se também o grau de ocupação.</p> <p>Diante do exposto, indefiro os recursos e mantenho o gabarito.</p>	INDEFERIDO	-
42	<p>As indústrias siderúrgicas que utilizem carvão vegetal fazem uso de um produto florestal como combustível, razão pela qual devem “comprovar, para fins de licenciamento ambiental, que possuem disponibilidade daqueles insumos capazes de assegurar, técnica e legalmente, o respectivo suprimento”, como disposto no art. 225, parágrafo 2º da Constituição Estadual.</p> <p>As demais atividades citadas são controladas pelo Poder Público Estadual – ou proibidas, no caso dos resíduos atômicos –, mas tem o requisito específico mencionado no enunciado como condição para a concessão de licenciamento ambiental.</p> <p>Diante do exposto, indefiro os recursos e mantenho o gabarito.</p>	INDEFERIDO	-
43	<p>A alternativa correta é a seguinte: “É adequada, pois as normas autorizam o poder público a apreender e vender os animais exóticos encontrados em Reserva Biológica.”</p> <p>A afirmação baseia-se no artigo 103, inciso I, do Decreto 6.514 de 2008, que autoriza a apreensão de animais exóticos encontrados no interior de unidade de</p>	INDEFERIDO	-

	<p>conservação de proteção integral – como a Reserva Biológica. Já o artigo 107 do mesmo decreto autoriza, no inciso II, a venda dos animais exóticos apreendidos.</p> <p>As demais alternativas estão incorretas. “É parcialmente adequada, pois o poder público, ao invés de vender os animais apreendidos, deveria doa-los.” De acordo com o art. 107 do decreto mencionado, não há o dever de doar; há mera faculdade, apontada no §1º.</p> <p>“É ilegal, pois não há respaldo para a apreensão de animais exóticos em seu habitat natural.” Os animais eram exóticos; não estavam, portanto, em seu habitat natural.</p> <p>“É ilegal, pois a venda só poderia ser consumada ao final do processo administrativo.” De acordo com o art. 107, a venda é facultada mesmo durante o processo, identificado o risco de perecimento.</p> <p>“É parcialmente adequada, pois o poder público deveria libertar os animais em seu habitat natural.” Não há obrigação de libertar animais exóticos em seu habitat natural.</p> <p>Diante do exposto, indefiro o recurso e mantenho o gabarito.</p>		
46	<p>A alternativa apontada como correta no gabarito oficial é a seguinte: “Exploração do turismo.”</p> <p>A hipótese é taxativamente mencionada no artigo 3º, IV, que define, dentre os serviços florestais decorrentes do manejo e conservação da floresta passíveis de exploração, o turismo.</p> <p>As demais hipóteses são taxativamente afastadas no art. 16, parágrafo 1º.</p> <p>No entanto, devido a erro material, a seguinte alternativa pode também ser considerada correta: “Comercialização de créditos decorrentes da emissão evitada de carbono.” Isso porque não foi especificado, de forma expressa, tratar-se de floresta natural. Assim, como o parágrafo 2º do mesmo artigo 16 abre a possibilidade de se conceder a comercialização de créditos de carbono, a alternativa é também correta.</p> <p>Assim, defiro o recurso, a fim de anular a questão recorrida.</p>	DEFERIDO	ANULADA
47	<p>A alternativa correta é a seguinte:</p> <p>“Será critério para análise de autorização de funcionamento das instituições de ensino.”</p> <p>Isso segundo o artigo 12 da lei que institui a Política Nacional de Educação Ambiental:</p> <p>Art. 12. “A autorização e supervisão do funcionamento de instituições de ensino e de seus cursos, nas redes pública e privada, observarão o cumprimento do disposto nos arts. 10 e 11 desta Lei.”</p> <p>Os artigos 10 e 11 dispõe o seguinte:</p> <p>Art. 10. A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal. § 1o A educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino. § 2o Nos cursos de pós-graduação, extensão e nas áreas voltadas ao aspecto metodológico da educação ambiental, quando se fizer necessário, é facultada a criação de disciplina específica. § 3o Nos cursos de formação e especialização técnico-profissional, em todos os níveis, deve ser incorporado conteúdo que trate da ética ambiental das atividades profissionais a serem desenvolvidas.</p> <p>Art. 11. A dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas. Parágrafo único. Os professores em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental.</p> <p>Assim, indefiro o recurso e mantenho o gabarito.</p>	INDEFERIDO	-

Cargo: S28 - ÁREA ADMIN./ ADMINISTRADOR

Disciplina: LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
23	<p>A recorrente lastreia seu recurso no artigo 24 da Constituição Federal, que trata de competência legislativa. No entanto, a hipótese estudada é de competência material, tratada pelo artigo 23.</p> <p>Assim, a resposta correta é a seguinte: "União, Estados e Municípios são competentes para o exercício de atividades de controle da qualidade do meio ambiente."</p> <p>RODRIGUES corrobora essa posição: "em outros termos, isso significa dizer que, para exercer o poder de política na realização de atos materiais (licenciamento, fiscalização, sanções administrativas, etc.), todos os entes políticos possuem abstratamente competência (comum) para atuar." (RODRIGUES, Marcelo Abelha. Direito Ambiental Esquematizado. São Paulo: Saraiva, 2013. P. 126).</p> <p>Assim, indefiro o recurso e mantenho a alternativa.</p>	INDEFERIDO	-
24	<p>A alternativa correta é a seguinte: "Errada, pois a ação administrativa descrita é de competência da União."</p> <p>Tal afirmação encontra fundamento no art. 7º, XIV alínea "c" da LC 140/2011: Art. 7º São ações administrativas da União: (...) XIV - promover o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades(...) c) localizados ou desenvolvidos em terras indígenas;</p> <p>Não sendo a competência do Estado, não poderá ele delega-la ao Município.</p> <p>Assim, indefiro o recurso e mantenho o gabarito.</p>	INDEFERIDO	-

Cargo: S30 - ÁREA ADMIN./ CONTADOR

Disciplina: LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
24	<p>A alternativa correta é a seguinte: "Errada, pois a ação administrativa descrita é de competência da União."</p> <p>Tal afirmação encontra fundamento no art. 7º, XIV alínea "c" da LC 140/2011: Art. 7º São ações administrativas da União: (...) XIV - promover o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades(...) c) localizados ou desenvolvidos em terras indígenas;</p> <p>Não sendo a competência do Estado, não poderá ele delega-la ao Município.</p> <p>Assim, indefiro o recurso e mantenho o gabarito.</p>	INDEFERIDO	-

Cargo: S03 - ANALISTA AMB./ ENG. AGRÔNOMO

Disciplina: LÍNGUA PORTUGUESA

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
7	<p>Em resposta ao recurso interposto, tem-se a dizer que: a preposição em destaque em "E eu sacudo as mãos molhadas de tempo, levando-as até AOS olhos – as minhas mãos de hoje, com que prendo a vida e a verdade desta hora!" pode ser suprimida para evitar repetição desnecessária, visto que já há a preposição ATÉ que significa, no contexto, em direção a. Está correta, também, a afirmativa que diz "A primeira oração tem valor aditivo". Sendo assim, por não haver qualquer</p>	INDEFERIDO	-

	inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.		
--	--	--	--

Cargo: S04 - ANALISTA AMB./ ENG. AMBIENTAL

Disciplina: LÍNGUA PORTUGUESA

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
2	Em resposta ao recurso interposto, tem-se a dizer que: somente o provérbio "Não se pode entrar duas vezes no mesmo rio, pois ele já não será o mesmo, nem você." significa que a renovação ocorre a todo momento, em toda trajetória do texto o autor vai fortalecendo a ideia de que tudo muda, nada é igual, a vida passa, independente de qualquer coisa. Não cabe ao texto a relação com o provérbio que diz "A pedra e a palavra, depois de lançadas, não voltam atrás.", pois este impõe a ideia de que, muitas vezes, é melhor silenciar. Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.	INDEFERIDO	-

Cargo: S24 - TÉC. EM DESENV. AMB./ PSICÓLOGO

Disciplina: LÍNGUA PORTUGUESA

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
1	Em resposta ao recurso interposto, tem-se a dizer que: os três itens " A narrativa do autor transborda sensações, buscadas em algum espaço da memória. /O lirismo está presente e emociona no sentido de levar o leitor à reflexão acerca de sua própria vida e momento./ O autor apresenta uma metáfora do rio que passa como a passagem do tempo e as suas consequências.". Não se pode tomar qualquer texto isoladamente, pois, Segundo Koch, todo texto caracteriza-se pela textualidade (= tessitura) considerada como rede de relações que fazem com que um texto seja um texto (e não uma simples somatória de frases), revelando uma conexão entre as intenções, as ideias e as unidades linguísticas que o compõem, por meio do encadeamento de enunciados dentro do quadro estabelecido pela enunciação (1984, p. 22). O texto é, portanto, um todo significativo e coerente, resultado de relações que deverão acontecer entre os elementos, as frases e os parágrafos. Saramago, ao analisar os fatos cotidianos por um viés diferenciado, toma para si a tarefa de retomar um assunto e despertar o leitor, seja um acontecimento banal que faz parte da rotina de todos: uma lembrança de infância. José Saramago chama o leitor para encarar a realidade (o tempo passa e somos diferentes a cada instante) e não ser apenas um espectador, mas parte integrante (e consciente) dela. E o leitor "estabelece conexões implícitas, preenche lacunas, faz deduções e comprova suposições" (EAGLETON, s/ d, p. 82), tudo isso a partir do texto e das ideias contidas nele. Saramago, no texto, usa a memória da ficção para que se torne consciência do real, "Vejo passar o tempo. Tem a cor da água e vai carregado de detritos, de pétalas arrancadas de flores, de um toque vagaroso de sinos. Então uma ave cor de fogo passa como um relâmpago. O sino cala-se. E eu sacudo as mãos molhadas de tempo, levando-as até aos olhos – as minhas mãos de hoje, com que prendo a vida e a verdade desta hora.". Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.	INDEFERIDO	-
2	Em resposta ao recurso interposto, tem-se a dizer que: somente o provérbio "Não se pode entrar duas vezes no mesmo rio, pois ele já não será o mesmo, nem você." significa que a renovação ocorre a todo momento, em toda trajetória do texto o autor vai fortalecendo a ideia de que tudo muda, nada é igual, a vida passa, independente de qualquer coisa. Não cabe ao texto a relação com o provérbio que diz "A pedra e a palavra, depois de lançadas, não voltam atrás.", pois este impõe a ideia de que, muitas vezes, é melhor silenciar. Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.	INDEFERIDO	-
3	Em resposta ao recurso interposto, tem-se a dizer que: Metáfora é a figura de linguagem em que um termo substitui outro em vista de uma relação de semelhança entre os elementos que esses termos designam, atribuindo-lhe identidade. Essa semelhança é resultado da imaginação, da subjetividade de quem cria a metáfora, por exemplo, "o tom de pérola é o dia". Na metáfora, a qualidade comum e o conectivo comparativo não são expressos e a semelhança entre os elementos A e B	INDEFERIDO	-

	passa a ser puramente mental. Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.		
10	Em resposta ao recurso interposto, tem-se a dizer que em "Três metros acima da minha cabeça estão presos nos ramos rolos de palha, canalhas de milho, aglomerados de lodo seco.", o sujeito é somente "rolos de palha, canalhas de milho, aglomerados de lodo seco.". Nos ramos, na oração, é adjunto adverbial e NÃO faz parte do sujeito. Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.	INDEFERIDO	-

Cargo: S01 - ANALISTA AMB./ BIÓLOGO

Disciplina: CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
51	<p>Os candidatos argumentam que uma metapopulação é formada por um conjunto de subpopulações. Dada que essa afirmativa fosse verdadeira a alternativa "um conjunto de subpopulações que estão conectadas por movimentos de indivíduos" seria a correta, como apresentado pelos candidatos. Para isso, os candidatos utilizaram livros textos influentes na área. No entanto, no gabarito a alternativa correta é a alternativa: "É um conjunto de populações locais, onde a dispersão de indivíduos de uma população para ao menos uma outra é possível". A diferença nesse caso é que uma metapopulação é formada por um conjunto de populações e não subpopulações. Essa afirmativa também pode ser encontrada em livros textos. Por exemplo:</p> <p>Gotelli (2007) Ecologia. Página 84 - capítulo Metapopulações "Este capítulo explora o conceito de metapopulação. A metapopulação pode ser vista como uma "população de populações" (Levins 1970) - um grupo de várias populações locais interligadas pela emigração e imigração".</p> <p>Rocha et al. (2006) Biologia da Conservação: essências. Página 242 - capítulo 10. "Muitas vezes, durante o processo de fragmentação, populações de uma mesma espécie podem manter-se isoladas em fragmentos, conectando-se com outras ocasionalmente, através de deslocamentos de alguns poucos indivíduos (Hanski & Gilpin, 1991). Esse tipo de estrutura pode levar à formação de uma metapopulação que, de acordo com uma definição bastante geral, é um conjunto de populações locais, onde a dispersão de indivíduos de uma população para ao menos uma outra é possível (Hanski & Simberloff, 1997)".</p> <p>No próprio Begon et al. (2006) Ecologia: de indivíduos a Ecossistemas. Livro texto utilizado por candidatos para sugerir a alternativa A como correta, é possível encontrar os seguintes trechos: Páginas 180-181 versão em Inglês "...a simple model of 'metapopulation' dynamics was proposed by Levins (1969, 1970)". "... um simples modelo de dinâmica de metapopulações foi proposto por Levins (1969,1970). Mais abaixo, os autores definem o que é metapopulação segundo a perspectiva clássica proposta por Levins (1969): "...a metapopulation can persist, stably, as a result of the balance between random extinctions and recolonizations even though none of the local populations are stable in their own right". "... uma metapopulação pode persistir, estável, como um resultado do balanço entre extinções e recolonizações aleatórias, mesmo que nenhuma população local seja estável em seu próprio local".</p> <p>Quer dizer, nesse mesmo livro é possível encontrar a definição clássica de metapopulação proposta por Levins (1969), onde metapopulação é formado por um conjunto de populações. O assunto poderia ser considerado contraditório, no entanto, esse tema já foi muito debatido na literatura e a definição clássica de metapopulação, sugerida por Levins (1969) é reconhecida como a correta. É possível retirar o seguinte trecho do livro mais utilizado para estudar metapopulação (Hanski & Gilpin 1997. Metapopulation Biology: Ecology, Genetics and Evolution, capítulo 1, página 8). "The term "metapopulation" was introduced in the works of Richard Levins in 1969 (1969a) and 1970. The word itself suggest a population of populations, with colonization and extinction of local populations in a metapopulation likened to births and deaths of individuals in a local population (hence the emphasis on population turnover in "classical" metapopulation studies". "O termo "metapopulação" foi introduzido nas obras de Richard Levins em 1969 (1969a) e 1970. A própria palavra sugere uma população de populações, com a</p>	INDEFERIDO	-

	<p>colonização e extinção de populações locais em uma metapopulação considerando os nascimentos e mortes de indivíduos em uma população local (daí a ênfase na taxa de retorno no estudo "clássico" de metapopulações ."</p> <p>Portanto, baseado na primeira definição, considerada "a clássica" e sustentada pelos autores mais influentes no assunto (e.g. Hanki e Gilpin) após Levins é possível afirmar que metapopulação é um conjunto de populações e não de subpopulações. Por sinal, a própria língua impede que metapopulação seja um conjunto de subpopulações."Meta" significa acima, logo, um conjunto de subpopulações pode formar uma população e um conjunto de populações pode formar uma metapopulação. Dada toda a explanação a banca opta pelo indeferimento do pleito.</p>		
52	<p>Um recurso sugere que a alternativa do gabarito está errada, o que anularia a questão. Sua argumentação é baseada no livro texto Rocha et al. (2006) Biologia da Conservação: essências. A candidata retira o seguinte trecho do capítulo 10 sobre uma das possíveis vantagens de muitas reservas pequenas "podem incluir uma grande variedade de tipos de habitats, servir para diminuir a distância entre reservas maiores, abrigar subpopulações da fauna regional, mais populações de espécies raras e podem ser protegidas mais facilmente". Sua crítica é a seguinte: "A crítica à recomendação II afirmando que várias reservas pequenas são melhores do que uma reserva grande, pois o maior efeito de borda aumentaria a diversidade de habitat não é plausível. As reservas grandes são as que apresentam maior diversidade de habitat, enquanto que as reservas pequenas podem incluir uma grande variedade de tipos de habitats. A forma como a alternativa E da questão foi redigida leva a entender que reservas pequenas aumentam a diversidade de habitat, quando na verdade elas "podem" incluir variados tipos de habitats. Esta possibilidade não nos permite afirmar que reservas pequenas aumentam a diversidade de habitat".</p> <p>A própria justificativa da candidata não é suficiente para anular a questão. Utilizando o pensamento ecológico "variados tipos de habitat" poderiam permitir a presença de mais espécies diferentes nas reservas pequenas porque a estrutura do habitat se tornaria mais diferente. Antes, espécies apenas com afinidade ao interior da mata tenderiam a estar presente, mas com a criação de bordas novos tipos de habitats são criados e espécies que não estavam presentes no interior da mata poderiam aparecer.</p> <p>Apesar disso, no mesmo capítulo do livro é possível transcrever a seguinte afirmação: "d) O maior efeito de borda de várias reservas pequenas em comparação a uma reserva grande aumentaria a diversidade de habitats". A alternativa do gabarito é a seguinte "Recomendação II - o maior efeito de borda de várias reservas pequenas em comparação a uma reserva grande aumentaria a diversidade de habitats". Dessa forma, o gabarito divulgado está correto, uma crítica a uma reserva grande ser melhor que várias pequenas é que no segundo caso o efeito de borda aumentaria a diversidade de habitats e sua implicação seria um total maior de espécies no conjunto de reservas pequenas quando comparados a reserva grande. Portanto, o pedido de revisão está indeferido.</p> <p>Outro recurso utiliza dois trechos do livro Rocha et al. (2006) Biologia da Conservação: essências para justificar sua afirmativa. "...a ausência de dados empíricos consistentes impede que saibamos se OS CORREDORES SERÃO DE FATO EFETIVOS em mitigar os impactos da fragmentação. "O deslocamento é um dos muitos impactos da fragmentação, então, podemos concluir que não há evidência suficiente para a eficácia dos corredores florestais."</p> <p>Um terceiro recurso utiliza outro trecho do mesmo livro: "os corredores facilitam a migração entre remanescentes florestais, diminui as chances de extinção. Alguns estudos tem corroborado a esta hipótese, mas, por outro lado, tem sido argumentado que corredores também podem favorecer a propagação de doenças e predadores, introduzidos e incêndios. Um fato a ser levado em consideração é que a criação de corredores é um processo caro e muitas vezes dificultado por características da área ao redor como a questão da urbanização".</p> <p>Posteriormente a mesma candidata explica sua interpretação de outra parte do mesmo livro "Rocha et al. 2006 (pagina 323) relata que é grande a controvérsia sobre a real utilidade dos corredores em reduzir o efeito do isolamento entre manchas isoladas de habitat e o valor dos corredores é definido mas na base de intuição do que em evidências. Isso porque a maioria dos estudos analisando a validade dos corredores foi feita com apenas uma ou poucas espécies; e tais estudos negligenciaram a dificuldade em separar os efeitos da facilitação do movimento devido aos corredores.</p>	INDEFERIDO	-

	<p>dos efeitos decorrentes ao tamanho das manchas, que acompanham a formação do corredor".</p> <p>Temos trechos no mesmo livro tais como: Página 324. " Corredores de habitat geralmente promovem conectividade, sendo portanto, uma ferramenta útil para a conservação (Beir & Noss, 1998).</p> <p>Na revisão de Debinski & Holt (2000), os autores demonstram que o efeito da fragmentação varia entre estudos, mas de maneira geral a maioria dos estudos corrobora a hipótese de que a riqueza e o movimento de dispersão de espécies são afetados pela conectividade e presença de corredores.</p> <p>Na alternativa aponta por esses candidatos como correta está explícito "corredores florestais são caros de serem implementados e não possuem evidência de sua eficiência para a facilitação do deslocamento das espécies". Quer dizer, para a alternativa estar correta os corredores florestais não podem possuir nenhuma evidência de efetividade. No entanto, em todos trechos acima, mesmo os utilizados pelos candidatos, possuem partes que ressaltam a existência de evidências, por mais que não sejam completamente consistentes ou em grande número (e.g. ausência de dados empíricos consistentes, não há evidência suficiente, Alguns estudos tem corroborado a esta hipótese, é grande a controvérsia, maioria dos estudos analisando, geralmente promovem e são afetados). Dado isso, os dois questionamentos estão indeferidos.</p>		
53	<p>A candidata argumenta que a alternativa correta seria "área e distância" Realmente o modelo de equilíbrio da biogeografia de ilhas considera a área e a distância (ou isolamento) entre as ilhas. Nesse modelo está explícito que a área (tamanho da ilha) afeta a taxa de extinção, enquanto que o isolamento afeta apenas a taxa de imigração. No entanto, a questão se refere a um aspecto que inicialmente não for abordado nesse modelo (o isolamento também afetar a taxa de extinção). "No entanto, o isolamento também afeta a taxa de extinção das espécies. Por exemplo, o modelo original prevê menos substituição de espécies nas ilhas mais isoladas porque elas recebem menos imigrantes. No entanto, também pode haver mais substituições nas ilhas mais isoladas devido a um aumento na taxa de extinção. A qual tipo de efeito estamos nos referindo?" O efeito do isolamento sobre a taxa de extinção não foi formulado explicitamente no modelo de equilíbrio da biogeografia de ilhas e é conhecido como efeito resgate (alternativa A - correta). O trabalho que sugere esse termo é de Brown & Kodric-Brown (1977).</p>	INDEFERIDO	-
55	<p>A candidata argumenta que a alternativa correta seria letra A (Ecologia de Paisagens). Além disso, no seu ponto de vista em momento algum os autores da teoria de biogeografia de ilhas enfatizam que a matriz pode ser considerada homogênea e inóspita.</p> <p>Para responder ao questionamento citarei dois artigos importantes na área: Prevedello & Vieira (2010) Does the type of matrix matter? A quantitative review of the evidence. "Both the strength and weakness of habitat fragmentation research derive from its roots on island biogeography and metapopulation theories (Ricketts 2001; Vandermeer and Carvajal 2001; Haila 2002). While the uncontested contributions of these two frameworks are well recognized (e.g. Hanski and Gilpin 1997; Laurance 2008), their common main limitation has only recently been emphasized: both assume a binary or patch-matrix representation of landscapes, where the matrix is seen as inhospitable, uniform and ecologically irrelevant (McIntyre and Hobbs 1999; Rodewald 2003; Manning et al. 2004; Murphy and Lovett Dust 2004; Kupfer et al. 2006). Such a dichotomous view of landscapes guided most of the research during the last decades, resulting in much emphasis on patch-level characteristics (mainly patch size and isolation) while ignoring matrix heterogeneity (Ricketts 2001; Kupfer et al. 2006; Laurance 2008). Nowadays, it appears to be common sense that the "matrix matters" (Ricketts 2001), and influences both within- and between-patch processes in heterogeneous landscapes (Stouffer and Bierregaard 1995b; Wethered and Lawes 2003; Tworek 2004; Bender and Fahrig 2005; Williams et al. 2006; Haynes et al. 2007a)".</p> <p>Umetsu & Pardini (2008) Importance of estimating matrix quality for modeling species distribution in complex tropical landscapes: a test with Atlantic forest small mammals. "This is, in part, because the matrix of altered habitats has been considered initially as homogeneous and inhospitable by island biogeography and metapopulation theories (Vandermeer and Carvajal 2001, Haila 2002, Jules and Shahani 2003, Kupfer et al. 2006)".</p>	INDEFERIDO	-

	<p>Além disso, é possível ressaltar também a definição de paisagem.</p> <p>Metzger (1999) Estrutura da paisagem e fragmentação: análise bibliográfica "A paisagem é um unidade heterogênea, composta por um complexo de unidades interativas (em geral, ecossistemas, unidades de vegetação ou de uso e ocupação das terras), cuja estrutura pode ser definida pela área, forma e disposição espacial (p.ex., grau de proximidade e de fragmentação destas unidades (Forman & Godron, 1986; Blandin & Lamotte, 1988; Opdam, 1988; Opdam et al. 1993)".</p> <p>Na revisão de Crouzeilles et al. (2010) Deslocamento na matriz para espécies da mata atlântica e a dificuldade da construção de perfis ecológicos, existe uma explicação detalhada do assunto.</p> <p>"Enquanto a Teoria da Biogeografia de Ilhas tem como enfoque o número de espécies em relação ao tamanho de ilhas (Hanski & Simberloff 1997), a de Metapopulações tem como chave as populações de uma espécie (Harrison 1991), sendo que ambas assumem a paisagem de forma binária (habitat e não-habitat), em um modelo de representação mancha-matriz, com manchas de habitat (áreas vegetadas distintas do entorno em aparência ou natureza; Wiens 1976) separadas uma das outras por uma matriz homogênea e inóspita (Andrén 1994, Manning et al. 2004, Umetsu & Pardini 2007). Nesse contexto, a matriz é o elemento que recobre a maior extensão da paisagem e que possui o maior grau de conexão dentro desta paisagem (Metzger 2001). Estas duas abordagens, principalmente a do equilíbrio dinâmico em ilhas, influenciaram sobretudo pesquisadores norte-americanos que a partir de 1980 começaram a tentar interpretar a paisagem de uma forma espacialmente explícita, observá-la em diferentes escalas e com um enfoque mais biocêntrico (Metzger 2001, Wiens & Moss 2005). Posteriormente, também em uma visão espacialmente explícita, a matriz começa a ser considerada não mais como uma unidade homogênea, mas sim como um componente heterogênea de não-habitat, pertencente ao mosaico da paisagem e possuidora de uma permeabilidade seletiva para cada espécie (Metzger 2001)".</p> <p>Quer dizer, todos os trechos em negrito ressaltam que ambas as teorias assumem, mesmo que não explicitamente, que as manchas de habitat são isoladas uma das outras por uma matriz homogênea e inóspita (Andrén 1994, Umetsu & Pardini 2007). Um modelo apresenta simplificações e a matriz ser considerada homogênea e inóspita era um dessas simplificações. Com o passar do tempo surgiu a Ecologia de Paisagens passou a considerar explicitamente a heterogeneidade da matriz, assim como sua permeabilidade seletiva para as espécies. É por isso que atualmente é conhecido que as espécies respondem de diferentes formas a diferentes tipos de matriz. Portanto a questão está indeferida.</p>		
58	<p>A candidata justifica que o nome correto seria análise preliminar de perigos e não avaliação preliminar de perigos. No livro texto Sánchez (2008) Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos, na página 326 é possível encontrar o termo análise preliminar de perigos, enquanto que na página 327 é possível encontrar o termo avaliação preliminar de perigos. Portanto, os dois termos podem ser utilizados. Vale ressaltar ainda que o primeiro link citado pela candidata não abre. Já o segundo se refere a página de uma empresa (Business Assurance). Por outro lado, a referência aqui utilizada foi retirada de um livro texto importante na área, o que é uma fonte muito mais confiável e de maior acesso. Portanto a questão está indeferida.</p>	INDEFERIDO	-
59	<p>A pergunta da questão é a seguinte: "O termo de referência contém as diretrizes para a preparação de um Estudo de Impacto Ambiental (EIA). Quais das diretrizes abaixo devem estar no termo de referência:". Primeiramente, vale ressaltar que a questão se refere as diretrizes do termo de referência para a preparação especificamente de um Estudo de Impacto Ambiental (EIA), e não para a Avaliação de Impacto Ambiental .</p> <p>A candidata cita a RESOLUÇÃO CONAMA Nº 001, de 23 de janeiro de 1986 para justificar que o gabarito está errado. No entanto, essa resolução se refere "aos critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental." Então essa resolução não serve como justificativa para pedir a anulação da questão. Além disso, em nenhum momento essa resolução aborda sobre termo de referência, tanto que a expressão não pode ser encontrada na resolução.</p> <p>Por fim, no livro texto Sánchez (2008) Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos página 464 é possível encontrar as diretrizes do termo de referência para a preparação de um Estudo de Impacto Ambiental (EIA). Em outra palavra, são as diretrizes direcionadas para a preparação de um EIA e nada mais.</p> <p>"um documento que (i) orienta a elaboração de um EIA; (ii) define seu conteúdo, abrangência, métodos e (iii) estabelece a sua estrutura". Portanto, a questão está indeferida.</p>	INDEFERIDO	-
67	<p>Argumenta que todas as alternativas estão corretas, porém no gabarito a alternativa correta é Radiotelemetria. Primeiramente a candidata deveria utilizar referências relevantes, as referências utilizadas para justificar o possível uso de radiotelemetria foram retiradas de slides. De nenhuma forma utilizaria slides como referência para questões de concurso.</p>	INDEFERIDO	-

	<p>Agora indo propriamente a questão da candidata, a pergunta é "Qual das técnicas/métodos abaixo NÃO pode ser utilizada para fazer esse inventário?". A radiotelemetria pode ser utilizada para monitorar aves, avaliar movimentos de curta e longa distância, estimar área de vida, entre outros, mas jamais para fazer um inventário da avifauna. Inventário em linguagem simples significa fazer uma amostragem. Como o método/técnica de radiotelemetria poderia ser utilizada para fazer uma amostragem das espécies em uma área? Primeiramente seria necessário capturar os indivíduos e para isso temos métodos/técnicas específicas para aves, como a utilização de redes de neblina, por exemplo. Portanto a questão está indeferida.</p>		
74	<p>A candidata se utiliza da Instrução Normativa IBAMA Nº 179, de 25 de junho de 2008 que define as diretrizes e procedimentos para destinação dos animais da fauna silvestre nativa e exótica apreendidos, resgatados ou entregues espontaneamente às autoridades competentes para justificar que a alternativa C (Doação para experimentação em laboratório) estaria errada. Ela se baseia no artigo 3º, número III da instrução normativa.</p> <p>"III - Programas de soltura (reintrodução, revigoração ou experimentação);"</p> <p>No entanto, a candidata não interpreta corretamente a mesma ou não leu até o fim. Logo abaixo na instrução normativa está escrito o que se entende por experimentação.</p> <p>"III - Experimentação visando o desenvolvimento de procedimentos para soltura: demais ações planejadas, excetuando-se revigoração populacional e reintrodução, com coleta sistemática de dados para aperfeiçoamento de metodologias".</p> <p>Portanto, a experimentação abordada na instrução normativa não se refere a experimentação laboratorial. Vale ressaltar que isso nunca seria possível pois os animais utilizados em experimentos laboratoriais são criados no mesmo (nascidos no laboratório).</p> <p>É possível ressaltar isso pela dissertação de mestrado de Joel Majerowicz (2005) Procedimentos de biossegurança para as novas Instalações do laboratório de experimentação animal (laean) de bio-manguinhos, pelo Instituto Oswaldo Cruz.</p> <p>"Logo, os animais produzidos com a finalidade de serem utilizados em pesquisa devem possuir características genéticas e sanitárias (que determinem um padrão de qualidade), sempre avaliadas rotineiramente, visando à certificação das colônias de criação animal. É necessário, portanto, constante supervisão para aplicação correta das técnicas de manejo zootécnico, garantindo a condição sanitária e genética, monitoramento das condições ambientais recomendadas à cada espécie animal, enfim, propiciando bem-estar de forma a não interferir no equilíbrio fisiológico, biológico e comportamental. Além disso, o emprego de práticas e procedimentos de biossegurança, destinados a evitar a contaminação dos animais, pessoas, ambientes interno e meio ambiente também devem ser considerados". Portanto a questão está indeferida.</p>	INDEFERIDO	-
77	<p>O livro referência citado pela candidata apresenta um mapa de cobertura vegetal na página 18 construído a partir de dados provenientes do IBGE, como mesmo afirma o candidato. Ao buscar a referência INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, ano 2007, nas referências do livro, não foi possível encontrar o mesmo. As únicas referências para este ano são informações referentes a Pesquisa agrícola municipal 2007, Pesquisa industrial anual 2007 e Produção da extração vegetal e da silvicultura 2007, como pode ser encontrado na página 184. Portanto, a referência do mapa para o ano de 2007 está incorreta. Provavelmente, uma das citações referentes a mapas nas referências é a referência correta para o mapa presente na página 18. Há a citação de mapas de biomas e vegetação do Brasil, ambos referentes ao ano de 2004.</p> <p>Para a formulação da questão 77 foram utilizados dados retirados diretamente da fonte, o site do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE (http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/21052004biomashtml.shtm).</p> <p>Nele consta, além do mapa dos biomas e vegetações, um texto sobre os tipos vegetacionais do Bioma Amazônia. No último trecho, referente ao Bioma Amazônia, os autores afirmam que a Campinarama ocorre em Roraima e norte do Estado do Amazonas, acompanhando o curso dos rios Negro e Branco. Portanto, este tipo vegetacional, de acordo com o mapa e texto do IBGE, não estão presentes no Estado de Rondônia.</p>	INDEFERIDO	-
85	<p>Em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que a fundamentação apresentada pelo candidato contra o gabarito, não corresponde ao conteúdo da referida questão.</p>	INDEFERIDO	-
86	<p>O candidato alega em seu recurso que o enunciado da questão não é claro. No enunciado a resposta para qual tipo de crânio está presente nos quelônios já é dada, portanto esta não seria pedida nas alternativas seguintes, quando os outros grupos são citados. Zoológicos e Paleontólogos dividem os Amniotas em três grandes clados, de acordo com o padrão das janelas na região temporal do crânio. Os anápsidos são aqueles que não possuem aberturas na região temporal - representados pelos répteis; os diápsidos possuem duas aberturas na região temporal. "Crânios diápsidos estão presentes em aves e todos os amniotas conhecidos tradicionalmente como répteis, com exceção das tartarugas" (como diz a afirmação no enunciado) (Treco retirado de</p>	INDEFERIDO	-

	Hickman Jr. et al. 2006). Os sinápsidos apresentam uma única abertura na região temporal do crânio; representados atualmente pelos mamíferos. Portanto, a alternativa está correta. Hickman Jr., Roberts, Keen, Larson, l'Anson & Eisenhour. 2006. Integrated principles of zoology. 14th. PARTE 3 The Diversity of Animal Life. Capítulo 26. Página 564.		
87	A banca decide pelo deferimento do pleito. Realmente, existem duas alternativas corretas. São elas: A alternativa que refere-se de três interações ecológicas que podem ser classificadas como simbiose. Simbiose, que significa vivendo junto, foi descrito por Begon, Townsend e Harper (2006) como a associação física próxima entre espécies, em que a espécie simbiote ocupa o habitat fornecido pelo "hospedeiro" - ver página 381, capítulo 13. Também está correta a alternativa que defende que no parasitismo não há a morte imediata da espécie atacada. Begon M., Townsend C.R., Harper J.L. 2006. Ecologia: De indivíduos a ecossistemas. Quarta Edição. Porto Alegre: Artmed.	DEFERIDO	-
88	A candidata argumenta que há duas alternativas corretas: Compostos orgânicos voláteis no sangue e Carboxiemoglobina no sangue. No entanto, as referências indicadas pela candidata são contraditórias e afirmam que a alternativa correta seria um IB de efeito, mas fornecem a descrição de um IB de exposição. RETIRADO DE AMORIM (2003; pg 128) "a COHb apesar de ser um biomarcador de efeito, apresenta uma correlação muito significativa com a exposição ambiental ao monóxido de carbono, e reflete a dose interna deste toxicante ligado ao tecido-alvo." "O indicador biológico de exposição estima a dose interna, através da determinação da substância química ou seu produto de biotransformação em fluidos biológicos, como sangue, urina, ar exalado e outros, possibilitando quantificar a substância no organismo, quando a toxicocinética é bem conhecida." (pg 126). A referência utilizada para a formulação da questão (Kuno et al. 2009) é mais atualizada e não dúbia, como apresentado pela candidata. Portanto, a questão não será alterada. Kuno, Roquetti & Umbuzeiro. Indicadores biológicos de exposição: ocupacional x ambiental. Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente - v.4, n.1, Artigo 5, abr./ ago. 2009.	INDEFERIDO	-
89	O candidato argumenta que há dois gabaritos corretos. No enunciado fica claro que a alternativa correta seria aquela crucial no ciclo de vida de <i>S. mansoni</i> . Neste mesmo enunciado há a afirmação que <i>S. japonicum</i> não teve sua instalação bem sucedida no Brasil. Isso se deve a falta do hospedeiro intermediário, como presente no livro Parasitologia Humana de Neves et al. 2005. O mesmo ocorreria com <i>S. mansoni</i> caso aqui não houvesse bons hospedeiros intermediários - os caramujos <i>Biomphalaria</i> . Portanto, a questão não será alterada. Neves, Melo, Linardi & Vitor. 2005. Parasitologia Humana. 11ª edição.	INDEFERIDO	-
100	Em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que os questionamentos apresentados já foram encaminhados para o setor responsável e que a resposta já se encontra disponível para os candidatos.	INDEFERIDO	-

Cargo: S03 - ANALISTA AMB./ ENG. AGRÔNOMO

Disciplina: CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
60	Item da Ementa: Aptidão Agrícola dos Solos Brasileiros e Avaliação da Aptidão e Capacidade de Uso do Solo. A mandioca é uma das culturas anuais que menos protegem o solo contra as perdas por erosão. Portanto, o controle da erosão em mandioca é fundamental dentro de um enfoque de manejo sustentável do solo. Quanto à clareza da questão: a questão fala de um agricultor familiar que pretende cultivar mandioca empregando o manejo conservacionista. Para tanto, deve selecionar um solo com	INDEFERIDO	-

	<p>declividade que não ultrapasse um valor máximo. Ora, declividade é índice próprio da superfície do solo, envolvendo diretamente a sua conservação, não havendo, portanto, qualquer outra possibilidade de entendimento. Assim a questão é absolutamente clara.</p> <p>Quanto ao gabarito: a questão trata da <u>declividade máxima</u> do terreno, envolvendo todas as possibilidades de cultivo. Como cultura própria da agricultura familiar, o cultivo da cultura da mandioca tanto pode ser feito de forma mecanizada (declividade máxima recomendada de 5%) como também pode ser feito de forma <u>não mecanizada</u> (declividade máxima recomendada de 10%), o que não é raro de acontecer. O manejo conservacionista prevê o emprego de práticas de conservação do solo em ambas as situações. Considerando o uso na <u>máxima declividade do terreno</u>, onde os índices de erosão e de perdas de solo podem ser mantidos em condições de controle satisfatório, <u>o cultivo é feito de forma manual e não mecanizada</u>. Sob tais condições a declividade do terreno não deve exceder a um valor de 10%, conforme se constata às páginas 13 do livro O Cultivo da Mandioca. Mattos, P. L. de.; Gomes, J. de C. (coordenadores). Embrapa Mandioca e Fruticultura (Cruz das Almas, BA), 2000. Por tais razões a banca examinadora se manifesta pelo indeferimento do recurso.</p>		
69	Item da Ementa: Florestamento e Reflorestamento. Além do eucalipto , a questão também apresenta a teca como resposta correta, motivo pelo qual proponho a anulação da questão.	DEFERIDO	ANULAÇÃO
74	Item da Ementa: Tecnologia de Sementes. Bibliografia: Livro Reflorestamento de propriedades rurais para fins produtivos e ambientais: um guia para ações municipais e regionais / organizado por Antônio Paulo Mendes Galvão. Embrapa Florestas, Colombo – PR; 2000. Pág. 85. Segundo a referida publicação, Ortodoxas são sementes que podem ser secas a teores de umidade abaixo de 5% (base seca) e armazenadas, com sucesso, a baixas temperaturas, por longos períodos. A mesma publicação classifica sementes secas a teores de umidade moderados entre 10% e 15%, sem perder a viabilidade, como Intermediárias. Por tais razões a banca examinadora se manifesta pelo indeferimento do recurso	INDEFERIDO	-
77	Item da Ementa: Meteorologia Básica. Conforme pode ser constatado na página do INMET (Instituto Nacional de Meteorologia) www.inmet.gov.br/html/informacoes/sobre_meteorologia/instrumentos/ " Anemógrafo - Registra continuamente a direção (em graus) e a velocidade instantânea do vento (em m/s), a distância total (em km) percorrida pelo vento com relação ao instrumento e as rajadas (em m/s)." Por tal razão, a banca examinadora se manifesta pelo indeferimento do recurso.	INDEFERIDO	-
84	Item da Ementa: Fitopatologia Geral. Fonte Utilizada: http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Banana/BananaRondonia/index.htm A página traz a seguinte informação acerca da variedade PACOVAN KEN : "É um híbrido tetraplóide obtido a partir da 'Pacovan', grupo AAAB, pseudocaule muito vigoroso de cor verde escuro, com manchas escuras. O porte é alto, cacho é mais ou menos cilíndrico com rabo limpo e coração mediano. Os frutos, grandes, muito quinados, são maiores que os da 'Pacovan', terminam sob a forma de gargalo de garrafa e são mais doces. A cultivar é resistente às sigatoka amarela e negra e ao mal-do-Panamá. " Nas alternativas relacionadas na questão, não figura a opção Pacovan e sim a PACOVAN KEN, que não é suscetível ao mal do Panamá, motivo pelo qual a banca examinadora se manifesta pelo indeferimento do recurso	INDEFERIDO	-
85	Item da Ementa: Fertilidade do Solo. Fonte Utilizada: Novo Manual de Olericultura / Fernando Antônio Reis Filgueira. Ed. UFV. Viçosa, MG : 2003. Na página 209, esta clássica bibliografia chama atenção para a existência de Anomalias de origem Fisiológica e Não Parasitária . Na página 212 o autor assegura que o amarelo-baixeiro de origem fisiológica decorre da deficiência de magnésio, sugerindo a aplicação de calcário dolomítico para suprir preventivamente a carência existente no solo. Na página da própria Embrapa, citada nos recursos, chama-se atenção para o fato. "Sintomas causados por infecção de vírus podem ser confundidos com deficiência de magnésio. Solos ácidos, arenosos, com alto índice de lixiviação e altos níveis de cálcio, potássio e amônio afetam a disponibilidade de magnésio. Previne-se a deficiência com a aplicação adequada de calcário dolomítico ou de sulfato de magnésio (30 kg/ha) no solo, antes do plantio." Por tal razão, a banca examinadora se manifesta pelo indeferimento do recurso.	INDEFERIDO	-
88	Item da Ementa: Noções de Geologia. Fonte Utilizada: www.cprm.gov.br/publique/media/capla.pdf . Apesar da questão apresentar como resposta correta a opção Rondônia-Jurena , quando o nome correto seria Rondônia-Juruena , a supressão da vogal "u" não é suficiente para induzir o candidato a optar por uma outra resposta, uma vez que as demais opções são absolutamente incorretas, à luz da literatura assinalada.. Por tal razão, a banca examinadora se manifesta pelo indeferimento do recurso.	INDEFERIDO	-
93	Item da Ementa: Fisiologia Vegetal. Fonte Utilizada: Elementos de Nutrição Mineral de Plantas. Eurípedes Malavolta. S.Paulo, 1980. Páginas 86, 164 e 175. Tanto o Boro quanto o Cálcio apresentam mobilidade muito limitada no interior das plantas. Malavolta afirmou que " o Boro mostra transporte unidirecional no xilema, na corrente transpiratória e grande imobilidade no floema, características que reparte com o Cálcio. " Entretanto, a questão solicita apontar o nutriente que apresenta o menor grau de mobilidade no organismo vegetal. Dessa forma, o próprio autor assegura que o Cálcio apresenta menor mobilidade que o Boro, conforme pode ser observado na " Tabela 3. Mobilidade comparada dos nutrientes aplicados nas folhas. Em cada grupo os elementos aparecem em ordem decrescente	INDEFERIDO	-

	(MALAVOLTA, 1980)", apresentada no recurso. Nestes termos a alternative correta é Cálcio, motivo pelo qual a banca examinadora se manifesta pelo indeferimento do recurso.		
97	Item da Ementa: Propriedades Químicas do Solo. Fonte Utilizada: Fertilidade do solo / editores Roberto Ferreira Novais... [et al.]- Viçosa – MG; Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 2007. Pág. 74. O recurso trata de uma cultura específica, não podendo ser aplicável de modo geral, como solicita o enunciado da questão. Segundo a bibliografia utilizada, "Em valores de pH abaixo de 5,5 podem ocorrer danos ao crescimento em razão de elevadas concentrações de elementos potencialmente tóxicos, como Al e Mn." Por tal razão, a banca examinadora se manifesta pelo indeferimento do recurso.	INDEFERIDO	-
98	Item da Ementa: Matéria Orgânica. Fonte Utilizada: Fonte Utilizada: Fertilidade do solo / editores Roberto Ferreira Novais... [et al.]- Viçosa – MG; Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 2007. Pág. 137. De fato, o húmus , apesar de ser um colóide de elevada superfície específica, <u>não faz parte da fração argila do solo</u> . Por esta razão não pode ser a resposta correta. Dentre os componentes da fração argila relacionados, aquele que apresenta maior superfície específica, que pode atingir valores de até 400 m ² g ⁻¹ , é, portanto, o Óxido de Ferro . Assim, a banca examinadora opta pelo deferimento dos recursos, uma vez que o gabarito da questão deve ser modificado pela <u>resposta correta óxido de ferro</u> .	DEFERIDO	óxido de ferro
100	Item da Ementa: Aplicabilidade dos parâmetros de classificação de cursos d'água e de lançamento de efluentes de atividades industriais, minerárias e de infraestrutura e estudos de autodepuração. Fonte Utilizada: Resolução CONAMA N ^o 357, de 17 de março de 2005. Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências. CAPÍTULO I - DAS DEFINIÇÕES Art. 2º - Para efeito desta Resolução são adotadas as seguintes definições: VIII - cianobactérias: microorganismos procarióticos autotróficos, também denominados como cianofíceas (algas azuis) capazes de ocorrer em qualquer manancial superficial especialmente naqueles com elevados níveis de nutrientes (nitrogênio e fósforo), podendo produzir toxinas com efeitos adversos a saúde;	INDEFERIDO	-

Cargo: S04 - ANALISTA AMB/ ENG. AMBIENTAL

Disciplina: CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
51	De acordo com o estudo da CEPEA/ESALQ encomendado pelo Ministério do Meio Ambiente em 2005 e também evidenciado no último Inventário Nacional das Emissões de Gases do Efeito Estufa (2012), dentre as principais fontes nacionais emissoras de Metano, os resíduos sólidos urbanos (RSU) representam 12% do total, sendo 84% das emissões oriundas dos aterros sanitários (Plano Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC, 2008). No cenário nacional e mundial vem se destacando cada vez mais devido ao aumento na geração dos resíduos, principalmente em países em desenvolvimento, onde na maioria das vezes não existe tratamento ou sua disposição e tratamento são precários. No Brasil, em decorrência dessa grande contribuição para a geração de GEE por meio dos RSU, o PNMC tem contemplado medidas de mitigação para o setor de resíduos por meio da recuperação de metano em aterros sanitários, incineração com recuperação energética e reciclagem além de metas de incentivo ao aproveitamento energético do biogás de aterro sanitário (Atlas Brasileiro de Emissões de GEE e Potencial Energético na Destinação de Resíduos Sólidos – Abrelpe, 2011), porém ainda incipiente diante da grande contribuição na geração de resíduos sólidos. Com relação ao rendimento das hidrelétricas na conversão de energia hidráulica em energia elétrica, esta gira em torno de 90% e não em torno de 100%, ou seja, um sistema altamente eficiente quando comparado a outros sistemas de geração de energia. Por mais que as perdas sejam baixas, aproximadamente 10%, não se pode concluir que são insignificantes.	INDEFERIDO	-
67	A questão não está formulada de maneira adequada, o que proporciona ao candidato interpretações controversas, portanto deve ser anulada.	DEFERIDO	ANULADA
75	Analisando o contexto e usando de bom senso, percebe-se clara e inequivocamente que a questão versa sobre a região e bacias hidrográficas em referência.	INDEFERIDO	-
90	De acordo com a Resolução CONAMA 237/1997, "o órgão ambiental competente definirá, se necessário ..." e a alternativa colocada em questão afirma que "o órgão ambiental competente deve estabelecer ...", impondo uma obrigatoriedade, o que por lei é facultativo à sua real necessidade, ou seja dependente de outras	INDEFERIDO	-

	condições.		
91	De acordo com a Resolução CONAMA nº 237/1997 a questão apresenta duas respostas corretas o que faz com que a questão seja anulada.	DEFERIDO	ANULADA
94	De acordo com a Lei Complementar 140/2011, "..., o ente federativo que tiver conhecimento do fato <u>deverá</u> determinar medidas..." ou seja, é uma obrigação. Já a alternativa em questão coloca a situação como opcional o que é totalmente inaceitável uma vez que o órgão ou agente público que não tomar as providências necessárias além de causar danos imensuráveis ao meio ambiente, pode(m) ser acusado(s) de prevaricação.	INDEFERIDO	-

Cargo: S06 - ANALISTA AMB./ ENG. DE ALIMENTOS

Disciplina: CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
80	A questão se resume em apontar por qual processo de conservação de alimentos foram submetidos o leite condensado, os sucos concentrados (ácidos ou não), a massa de tomate e os doces em pasta. Todos estes alimentos tem uma característica em comum: passaram pelo princípio de conservação de alimentos chamado de concentração. Não importa que 1 ou 2 deles também possam ser submetidos a outro tipo de processo de conservação, o que importa é qual dos princípios é comum a todos os alimentos relacionados na pergunta. De acordo com o Professor José Evangelista, no livro Tecnologia de Alimentos, página 403, o Princípio de Conservação comum a todos os alimentos citados na questão chama-se Concentração. Os consultores formulam as questões baseados em Literatura específica, não utilizando artigos via internet.	INDEFERIDO	-

Cargo: S14 - ANALISTA AMB./ GEÓGRAFO

Disciplina: CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
77	Em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que o erro na grafia na opção Anular inviabilizou a correta resposta do item.	DEFERIDO	ANULADA
80	Em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que o comando da questão é claro ao afirmar entre os solos a seguir. Apesar de o Latossolo ser o tipo que ocupa a maior extensão em Rondonia ele não foi citado. Entre as opções, segundo a professora Adelia Aziz A. Pozza da Universidade Federal de Lavras, e o Argissolo o que possui a maior área no estado de Rondonia.	INDEFERIDO	-
99	Em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que a Resolução Conama n 001 de 23 de janeiro de 1986, em seu artigo segundo, é bastante clara: não se trata de qualquer estrada de rodagem que carece do EIA e do RIMA para o licenciamento, mas sim, aquelas com duas faixas de rolamento.	INDEFERIDO	-

Cargo: S15 - ANALISTA AMB./ GEÓLOGO

Disciplina: CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
87	Conforme apontado no livro-texto de Taioli et al. (2000) "Decifrando a Terra", pág 463, um empreendimento de mineração apresenta diversas fases, sendo que a "Prospecção Mineral" é uma fase mais inicial que está relacionada com a investigação de indícios de mineralização, conforme os procedimentos listados na alternativa divulgada pelo gabarito. Já o recurso mencionado se refere e, é ratificado com palavras da própria candidata, à "Avaliação de Depósitos", que é uma fase mais adiantada do empreendimento de mineração, na qual se busca conhecer a forma, a extensão, as quantidades de substâncias úteis e os teores, que seriam diagnosticados pelos procedimentos listados na alternativa, apontada por ela, como correta. Nesta Questão 87 não se objetivava do candidato ter apenas uma visão geral, como é colocada no primeiro capítulo do livro-texto de Pereira, R.M (2003), mas sim uma diferenciação entre o que é prospecção mineral e	INDEFERIDO	-

	avaliação de depósitos.		
--	-------------------------	--	--

Cargo: S16 - ANALISTA AMB./ MÉDICO VETERINÁRIO

Disciplina: CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
81	De fato a IN 62 de dezembro de 2011 eliminou os regulamentos para a produção do leite tipo B e tipo C, mas o candidato precisa saber a classificação do leite em tipo A, B e C para seguir o regulamento ou não. Conteúdo programático PRODUÇÃO HIGIÊNICA DO LEITE retirado do Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal, Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal-DIPOA-Divisão de Normas Técnicas.	INDEFERIDO	-

Cargo: S17 - ANALISTA AMB./ METEOROLOGISTA

Disciplina: CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
53	Alegação do candidato "A questão trata sobre o aplicativo GRADS, porém para um concurso a nível de graduação, o conhecimento sobre o conteúdo não deveria ser exigido, pois o mesmo não faz parte da grade de ensino de Bacharelado em Meteorologia, sendo estudado somente a nível de pós graduação". A questão acerca do "Aplicativo GrADS" visou avaliar conhecimentos básicos necessários para atender às necessidades das atribuições do cargo de Meteorologista: "Pesquisar, planejar e dirigir a aplicação da Meteorologia nos diversos campos de sua utilização; Executar previsões meteorológicas; Executar pesquisas em Meteorologia; etc." O GrADS é uma ferramentas gráfica que auxilia na visualização de dados meteorológicos, auxiliando diretamente atividades de ensino, pesquisa e a operação meteorológica. Além disso, nas áreas de desenvolvimento e pesquisa o conhecimento de softwares de visualização meteorológica é indispensável. Na graduação o aluno pode ver o assunto em trabalhos ligados a pesquisa em meteorologia. Além do mais o referido assunto constou na ementa apresentada para o concurso (conhecimentos da área de formação).	INDEFERIDO	-
65	Alegação do candidato "A questão trata sobre o aplicativo GRADS, porém para um concurso a nível de graduação, o conhecimento sobre o conteúdo não deveria ser exigido, pois o mesmo não faz parte da grade de ensino de Bacharelado em Meteorologia, sendo estudado somente a nível de pós graduação". A questão acerca do "Aplicativo GrADS" visou avaliar conhecimentos básicos necessários para atender às necessidades das atribuições do cargo de Meteorologista: "Pesquisar, planejar e dirigir a aplicação da Meteorologia nos diversos campos de sua utilização; Executar previsões meteorológicas; Executar pesquisas em Meteorologia; etc." O GrADS é uma ferramentas gráfica que auxilia na visualização de dados meteorológicos, auxiliando diretamente atividades de ensino, pesquisa e a operação meteorológica. Além disso, nas áreas de desenvolvimento e pesquisa o conhecimento de softwares de visualização meteorológica é indispensável. Na graduação o aluno pode ver o assunto em trabalhos ligados a pesquisa em meteorologia. Além do mais o referido assunto constou na ementa apresentada para o concurso (conhecimentos da área de formação).	INDEFERIDO	-
86	A solução da Questão 86 consta no livro "Aplicações de Estatística à Climatologia: teoria e prática, de Assis et al., 1996". Os referidos gráficos, por serem climatológicos, estão corretos e representam, de forma geral (climatológica) os referidos fenômenos. As alegações do candidato seriam aceitas se a questão se tratasse de representações meteorológicas. A referida questão atende parte do tópico "Noções básicas de estatística e probabilidade" e "Climatologia" que constou na ementa apresentada para o concurso (conhecimentos da área de formação).	INDEFERIDO	-
91	Alegação do candidato: "A irradiância solar global é, portanto, igual à soma da irradiância solar direta com a difusa sendo que a difusa que inclusive a contribuição da reflexão da superfície que é novamente espalhada pela atmosfera, ou por outras superfícies vizinhas. Por tanto a alternativa (D) também esta Correta". O candidato NÃO TEM RAZÃO em virtude de que "a radiação refletida do solo" é diferente da "porção da radiação refletida do solo espalhada pelas moléculas da atmosfera e incidente no radiômetro (o qual, instalado em nível (nivelado) próximo	INDEFERIDO	-

	<p>ao solo (a 1,5 metros) mede a radiação global). A radiação difusa NÃO INCLUI a radiação refletida pelo solo, a qual é medida com um piranômetro (radiômetro) com o sensor voltado para o solo (superfície). Essa medição (da radiação refletida) tem a finalidade de determinar o albedo da superfície. Portando a alternativa correta nessa questão é somente uma e é "a quantidade de radiação solar que incide em uma superfície plana ao nível do solo". A referida questão foi embasada nas literatura "Meteorologia e Climatologia. Va</p>		
--	---	--	--

Cargo: S19 - ANALISTA AMB/ ZOOTECNISTA

Disciplina: CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
63	<p>Segundo o Capítulo 4 do livro Fundamentos de Bioclimatologia aplicados a produção animal, Pereira, Jonas Carlos Campos, UFMG, 2005 que fala a respeito dos fatores climáticos importantes na produção animal, o pH do solo é um fator ambiental importante para a produção animal. Segundo os autores, em áreas onde o pH do solo é alto, há maior facilidade de utilização do nitrogênio pelas bactérias localizadas nas raízes das plantas forrageiras, contribuindo para elevação do teor de proteínas nas pastagens.</p> <p>Erro de interpretação do candidato, pois não foi dito que o uso desse nitrogênio é em favor das bactérias. Pelo que foi exposto, as bactérias utilizam esse nitrogênio em favor das plantas, fixando-o, como também foi mencionado pelo próprio candidato.</p>	INDEFERIDO	-
92	<p>Segundo o livro Manual de pastagens e forrageiras: formação, conservação, utilização; PUPO, Nelson Ignácio Hadler, Campinas,SP.: Instituto Campineiro de Ensino Agrícola, o capim elefante (<i>Pennisetum purpureum</i>) se multiplica exclusivamente por meio de mudas (colmos), visto que produz sementes em taxa reduzidíssima.</p> <p>Não foi mencionado CAPIM ELEFANTE HÍBRIDO, este sim, que é o cruzamento de capim elefante (<i>Pennisetum purpureum</i>) com o milheto (<i>Pennisetum glaucum</i>) produz sementes viáveis que podem ser utilizadas na multiplicação.</p>	INDEFERIDO	-
95	<p>Segundo o capítulo 4 (Efeitos do ambiente e da nutrição sobre a reprodução) do livro Patologia e clínica da reprodução dos animais mamíferos domésticos-ginecologia; EBERHARD GRUNERT. EDUARDO HARRY BIRGEL, WILLIAN G. VALE, EDUARDO HARRY BIRGEL JUNIOR, Editora Varela, 2005, página 125-180, a deficiência do COBRE afeta DIRETAMENTE a reprodução dos animais domésticos, determinando: retardo do aparecimento da puberdade, aumento da ocorrência de MORTE EMBRIONÁRIA, alteração do ciclo estral (anestro, cios curtos ou silenciosos), menor taxa de nascimento e RETENÇÃO DE PLACENTA é uma observação clínica frequente..</p> <p>A deficiência de FERRO causa anemia microcítica hipocrômica associada a emagrecimento e diminuição do ganho de peso, resposta imunológica deficiente, letargia, redução do apetite e da capacidade respiratória. Não foi mencionado danos diretos à reprodução animal.</p> <p>O ZINCO funciona como ativador e constituinte em mais de 30 enzimas envolvidas no metabolismo do ácido nucléico, síntese protéica e metabolismo dos carboidratos. Há envolvimento de enzimas que contém o mineral, na gênese de esteróides. O ZINCO é essencial para a espermatogênese, e sua deficiência causa atraso no desenvolvimento dos testículos de tourinhos. O zinco também é importante para a produção de testosterona. Não foi mencionado danos como morte embrionária e retenção de placenta.</p> <p>Questão elaborada baseada em livros de grande respaldo na área, como prevê as regras do concurso, não em artigos técnicos facilmente obtidos por internet.</p>	INDEFERIDO	-
99	<p>Questão se refere ao conteúdo programático TECNOLOGIA DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL baseada NOS LIVROS Ciência, higiene e tecnologia da carne-Volume 2; Miguel Cioli Pardi, Iacir Francisco dos Santos, Emo Rampini de Souza e Henrique Silva Pardi. EDUFF, 1993. Páginas 103-364 E Tecnologia de Carne e Produtos derivados, Dora A.L. Canhos e Eliane L.Dias, Fundação Tropical de Pesquisa e Tecnologia-FTPT. De acordo com os autores, a sequência de produção de carne de sol é: matéria-prima; manteação; salga; escorrimento da salmoura (opcional); lavagem (opcional); secagem com exposição ao sol (opcional); embalagem. Na embalagem, os autores citam que atualmente as unidades produtoras de carne de sol optam pelo enfardamento em sacos de aniagem ou esteiras de carnauba. Opcional a que se referem é devido a variação entre regiões. Questão embasada em livros, candidato se baseou em site de internet pra fundamentar seu recurso.</p>	INDEFERIDO	-

Cargo: S20 - TÊC. EM DESENV. AMB./ ANALISTA DE SISTEMA

Disciplina: CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
61	Em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que o mesmo não respeita os critérios estabelecidos no subitem 11.2.2 "Não serão aceitos os recursos interpostos em prazo destinado a evento diverso do questionado." Os recursos devem estar relacionados com o conteúdo das questões objetivas.	INDEFERIDO	-
62	Em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que o mesmo não respeita os critérios estabelecidos no subitem 11.2.2 "Não serão aceitos os recursos interpostos em prazo destinado a evento diverso do questionado." Os recursos devem estar relacionados com o conteúdo das questões objetivas.	INDEFERIDO	-
63	Em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que o mesmo não respeita os critérios estabelecidos no subitem 11.2.2 "Não serão aceitos os recursos interpostos em prazo destinado a evento diverso do questionado." Os recursos devem estar relacionados com o conteúdo das questões objetivas.	INDEFERIDO	-
75	A questão estava clara e objetiva e atendia ao item conhecimento da Linguagem PHP do programa do Edital do concurso. O conhecimento da linguagem PHP, quando não especificada a versão implica em se conhecer a última versão pois as predecessoras serão compatíveis. Segundo NIEDERAUER, J. Desenvolvendo Websites com PHP, p.59. Ed. Novac, 2011, os operadores de atribuição servem para deixar o código mais simples e mais fácil de ser programado. Esse autor exemplifica com 12 diferentes operadores de atribuição entre os quais encontra-se o operador $op1 \ll= op2$ que equivale a $op1=op1\ll op2$. O operador $op1 \gg= op2$ é um operador de comparação, o operador $op1 \gg 1$ é um operador binário de deslocamento (desloca $op1$ um bit a direita), o operador $op1 \&\& op2$ é um operador lógico (verdadeiro se $op1$ e $op2$ forem verdadeiros) e o operador $op1 == op2$ é um operador de comparação (verdadeiro se $op1$ for igual a $op2$). Portanto, o único operador de atribuição é o operador $op1 \ll= op2$.	INDEFERIDO	-
81	Em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que o mesmo não respeita os critérios estabelecidos no subitem 11.2.2 "Não serão aceitos os recursos interpostos em prazo destinado a evento diverso do questionado." Os recursos devem estar relacionados com o conteúdo das questões objetivas.	INDEFERIDO	-
82	Em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que o mesmo não respeita os critérios estabelecidos no subitem 11.2.2 "Não serão aceitos os recursos interpostos em prazo destinado a evento diverso do questionado." Os recursos devem estar relacionados com o conteúdo das questões objetivas.	INDEFERIDO	-
99	A questão está clara e objetiva e atende ao item Ameaças do programa do edital do concurso. Segundo GUILHEM, B. ; NASCIMENTO, R. Informática, p.195. Ed. Saraiva, 2013, as ameaças são causadas por elementos maliciosos entre os quais estão os vírus (vírus de boot, time bomb), worms, trojans, hijackers e keyloggers. "Os worms são programas utilizados para atacar sites, enviar spam, abrir portas e explorar vulnerabilidades. Os vírus de boot tem como finalidade infectar arquivos de boot do sistema, impedindo que o mesmo seja iniciado. Os trojans costumam enganar as vítimas se passando por um documento ou imagem ou programa inofensivo." Os trojans são hospedeiros e só atacam as vítimas ao serem executados. Ex: cavalo de tróia. "Os keyloggers são capturadores de teclas e os hijackers são programas ou scripts que contaminam os registros dos navegadores.". A questão exigia que o candidato soubesse como são as ameaças causadas por cada tipo de elementos maliciosos. Portanto, a única resposta correta é worms.	INDEFERIDO	-

Cargo: S23 - TÊC. EM DESENV. AMB./ PEDAGOGO

Disciplina: CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
100	Em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que os questionamentos apresentados já foram encaminhados para o setor responsável e	INDEFERIDO	-

que a resposta já se encontra disponível para os candidatos.

Cargo: S26 - TÊC. EM DESENV. AMB./ TECN. EM GESTÃO AMBIENTAL

Disciplina: CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
56	<p>Embora a FBN nas diferentes culturas é dependente de uma interação complexa entre as plantas, os microrganismos e os ecossistemas, estudos sobre a fixação biológica de nitrogênio (FBN) em plantas não leguminosas como arroz, trigo, milho e sorgo, e outras gramíneas como a cana-de-açúcar, capim-elefante demonstram potencial significativo para FBN quando estas são inoculadas com bactérias diazotróficas.</p> <p>No caso do arroz, trabalhos de inoculação a campo mostraram que 54% do N acumulado proveio da atividade de <i>Herbaspirillum</i>.</p> <p>O aproveitamento do nitrogênio fixado por cianobactérias ocorre, por exemplo em cultivos inundados, como o arroz, devido, principalmente com a decomposição da biomassa da <i>Azolla</i>, que é manejada como uma adubação verde. Na China existem três sistemas de manejo do cultivo da <i>Azolla</i> para a adubação verde do arroz e os ganhos são da ordem de 600 a 1000kg.ha⁻¹ de arroz (Nitrogênio e Enxofre na agricultura brasileira. Yamada, T.; Abdalla, SRS; Vitti, G.C. – IPNI, 2007).</p> <p>Trabalhos, conduzidos em ambiente controlado, indicam que a bactéria <i>Herbaspirillum seropedicae</i> associada à planta de arroz pode fixar de 31% a 54% do nitrogênio total acumulado pelo vegetal (BALDANI; DOBEREINER, 2000; MIRZA et al., 2000).</p> <p>Por fim, embora o Brasil seja tomado como exemplo de sucesso na utilização da tecnologia de inoculação de leguminosas, os benefícios de tecnologia para o uso de FBN em gramíneas como arroz são largamente difundidas e amplamente aplicadas em larga escala no mundo.</p> <p>Diante do exposto, sob a luz dos tipos de associação para fixação biológica do nitrogênio gasoso do ar por algas destacam-se em cultivos de arroz.</p>	INDEFERIDO	-
68	<p>O smog industrial é uma palavra oriunda de termos que significam fumaça e neblina. Das opções apresentadas, única opção que indica um poluente industrial que contribui para o smog industrial é o material particulado.</p>	INDEFERIDO	-
71	<p>A AGENDA 21, tema descrito no edital, pode ser definida como um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica.</p> <p>A AGENDA 21 Brasileira, é um instrumento de planejamento participativo para o desenvolvimento sustentável do país, resultado de uma vasta consulta à população brasileira. Foi coordenado pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 (CPDS), construído a partir das diretrizes da Agenda 21.</p> <p>Desta forma, a questão proposta está alinhada com os temas apresentados no edital no que diz respeito a gestão ambiental e Agenda 21. Por tanto, o gabarito apresentado é único e está correto.</p>	INDEFERIDO	-
72	<p>A visão estratégica que o SNUC oferece aos tomadores de decisão possibilita que as UC, além de conservar os ecossistemas e a biodiversidade, gerem renda, emprego, desenvolvimento e propiciem uma efetiva melhora na qualidade de vida das populações locais e do Brasil como um todo.</p> <p>O SNUC, dentre outros, possui o seguinte objetivo:</p> <p>Proteger as características relevantes de natureza geológica, morfológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;</p> <p>FONTE: http://www.mma.gov.br/areas-protetidas/sistema-nacional-de-ucs-snuc; acesso em 23/04/2014.</p> <p>Portanto, o gabarito é único e está correto.</p>	INDEFERIDO	-
83	<p>De acordo com o enunciado da questão, a única opção que indica, do ponto de vista alimentar, um componente de um ecossistema, está representada pela opção homotrófico. Assim, o gabarito é único e está correto.</p>	INDEFERIDO	-

Cargo: S28 - ÁREA ADMIN./ ADMINISTRADOR

Disciplina: CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
---------	---------------	------------------------------------	-------------------------

61	<p>Na questão de número 61, é pleiteado que a alternativa que traz o texto a seguir seja considerada a correta:</p> <p>“definir objetivos de colocação dos seus produtos no mercado e legitimá-los por meio de comparações externas. A comparação costuma ser um saudável método técnico, pois desperta para as ações que as instituições de excelência estão desenvolvendo e que servem de guia e de orientação para aquelas menos inspiradas; tem como barreira a ansiedade dos administradores, que visualizam, de imediato, que seus desempenhos podem ser melhorados e excedidos.”</p> <p>Essa alternativa traz que o <i>benchmarking</i> “(...) tem como barreira a ansiedade dos administradores, que visualizam, de imediato, que seus desempenhos podem ser melhorados e excedidos”.</p> <p>Ocorre que a principal barreira à adoção do <i>benchmarking</i> é o convencimento dos administradores de que seus desempenhos podem ser melhorados e excedidos, como pode ser visto pontualmente em:</p> <p>CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações. 7a ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. Pág. 589.</p> <p>E ainda fundamentado e corroborado em:</p> <p>Cruz, Tadeu. Sistemas, organização & métodos: estudo integrado orientado a processos de negócio sobre organizações e tecnologia da informação. Introdução à gerência do conteúdo e do conhecimento. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.</p> <p>Assim, a parte destacada do conteúdo da alternativa pleiteada como correta é justamento o oposto da realidade, contemplada na alternativa divulgada no gabarito oficial.</p> <p>Por fim, a referência apresentada no recurso não aborda o ponto acima citado.</p>	INDEFERIDO.	-
89	Em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que os questionamentos apresentados já foram encaminhados para o setor responsável e que a resposta já se encontra disponível para os candidatos.	INDEFERIDO	-
90	Em seu recurso o candidato corrobora com o gabarito divulgado pela banca. A resposta correta apresentada por esta Banca é: R\$ 150.000,00	INDEFERIDO	-
91	Em seu recurso o candidato corrobora com o gabarito divulgado pela banca. A resposta correta apresentada por esta Banca é: R\$ 15.000,00	INDEFERIDO	-
97	<p>A questão de número 97 trata de transferência voluntária de impostos aos entes da federação; não trata do limite da Receita Corrente Líquida para despesa de Pessoal.</p> <p>Há um equívoco no entendimento apresentado no recurso, sobre a questão.</p> <p>No entanto, a resposta apresentada por esta Banca é 100% e não 75%, como informado no recurso.</p>		
99	Em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que os questionamentos apresentados já foram encaminhados para o setor responsável e que a resposta já se encontra disponível para os candidatos.	INDEFERIDO	-
100	Em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que os questionamentos apresentados já foram encaminhados para o setor responsável e que a resposta já se encontra disponível para os candidatos.	INDEFERIDO	-

Cargo: S29 - ÁREA ADMIN./ BIBLIOTECÁRIO

Disciplina: CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
55	A argumentação não procede. De acordo com Maria Tereza Reis Mendes, em seu livro Cabeçalhos para entidades coletivas (2002, p. 88), a entrada para <u>Sistema</u> deverá ser direta, a menos que a entidade tenha nome genérico, o que não é o caso. O gabarito pode ser confirmado no Catálogo de autoridades da Biblioteca Nacional (http://catalogos.bn.br), no qual se encontram os exemplos: Sistema Estadual de Planejamento e Meio Ambiente (TO), Sistema Estadual de	INDEFERIDO	-

	Planejamento Agrícola (RJ) e Sistema Estadual de Planejamento (MG). Gabarito permanece.		
67	Segundo as autoras Anamaria da Costa Cruz, Maria Tereza Reis Mendes e Simone da Rocha Weitzel, na obra A Biblioteca: o técnico e suas tarefas (2004, p. 79), os catálogos auxiliares ajudam no serviço interno da biblioteca e completam as informações prestadas pelos catálogos principais ou externos. Nesse contexto, o catálogo de registro é considerado um catálogo auxiliar. Ainda de acordo com essas autoras e Eliane Serrão Alves Mey (2009, p. 188), citada pela candidata, o catálogo de título é considerado principal ou externo. Portanto fica indeferido o recurso.	INDEFERIDO	-
69	A contestação não procede. De acordo com Maria Tereza Reis Mendes, em seu livro Cabeçalhos para entidades coletivas (2002, p. 38), a entrada para o cabeçalho citado é Associação Brasileira de Conservadores e Restauradores de Bens Culturais. O gabarito pode ser confirmado no Catálogo de autoridades da Biblioteca Nacional (http://catalogos.bn.br), no qual se encontram os exemplos: Associação Brasileira de Conservadores e Restauradores de Bens Culturais. Congresso (1998 : Salvador, BA) e Associação Brasileira de Conservadores, Restauradores de Bens Culturais. Congresso (2002 : Rio de Janeiro, RJ) e Associação Brasileira de Literatura Comparada. Congresso (1992 : Belo Horizonte, MG). Gabarito permanece.	INDEFERIDO	-
94	Em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que não se deve usar o número de forma 09 na subclasse 336, já que para países e continentes do mundo moderno não se deve usar 336.09 e sim acrescentar, diretamente, ao número de assunto, o número do país. Assim, conforme a publicação Teoria e prática dos sistemas de classificação bibliográfica (p. 296 e 303), para finanças públicas no Brasil temos a notação 336.81. A Biblioteca Nacional (http://www.bn.br) e a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (http://www.unirio.br) utilizam essa classificação. Como exemplo temos: GIAMBIAGI, Fabio. Finanças públicas: teoria e prática no Brasil e FINANÇAS públicas brasileiras: algumas questões e desafios no curto e no médio prazos. Diante disso, a Banca mantém o gabarito.	INDEFERIDO	-

Cargo: S30 - ÁREA ADMIN./ CONTADOR

Disciplina: CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
53	As alegações do candidato estão corretas. Anualidade e Periodicidade, realmente representam o mesmo Princípio contábil e a fundamentação apresentada pelo candidato é suficiente.	DEFERIDO	ANULADA

Cargo: S32 - ÁREA ADMIN./ ECONOMISTA

Disciplina: CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para
52	<p>A questão refere-se ao item do programa "Matemática financeira: conceitos básicos de juros simples e compostos".</p> <p>Conforme as normas do edital do Concurso, não é permitida a utilização de calculadoras pelos candidatos, razão pela qual a questão em pauta fornece um dado para a resolução do problema sem tal equipamento.</p> <p>Assim sendo, ao fornecer o valor de $(1,03)^3$, a banca quis testar o conhecimento dos candidatos, não só no aspecto da Matemática Financeira – utilização da fórmula de valor futuro, a juros compostos – como também o conhecimento básico de operações com potenciação e suas propriedades, como pode ser observado pela memória de cálculo para resolução da questão:</p> $FV = 20.000 \times (1,03)^{15}$ $FV = 20.000 \times (1,03)^3 \times (1,03)^3 \times (1,03)^3 \times (1,03)^3 \times (1,03)^3$ $FV = 20.000 \times 1,1 \times 1,1 \times 1,1 \times 1,1 \times 1,1 = 32.210,00$ <p>Com as informações fornecidas a resposta correta é \$ 32.210,00.</p> <p>Para maiores informações, consultar PUCCINI, Abelardo de Lima, <i>Matemática Financeira – Objetiva e Aplicada</i>. Ted, São Paulo: Saraiva, 2004, p.39 e SILVA, Luiza</p>	INDEFERIDO	-

	Maria Oliveira e MACHADO, Maria Augusta Soares, <i>Matemática Aplicada à Administração, Economia e Contabilidade</i> . São Paulo: Cengage Learning, 2010, p.13		
62	<p>A questão refere-se ao item do programa “ Regimes Cambiais “ e à nomenclatura utilizada para distinguir os diferentes movimentos cambiais, de acordo com a taxa cambial vigente (fixa ou flexível).</p> <p>Segundo FERREIRA (2008), uma desvalorização ocorre quando o preço das moedas estrangeiras, sob um regime da taxa de câmbio fixa, é aumentado por uma ação oficial., implicando dizer que os não residentes ou estrangeiros pagam menos pela moeda nacional ou que os residentes do país pagam mais por moedas estrangeiras. Se o câmbio vigente for flexível, haverá uma depreciação e não mais uma desvalorização.</p> <p>Desta forma, a resposta correta para a questão, é depreciação.</p> <p>Consultar FERREIRA, Marlos Vargas, <i>Economia para Concursos</i>. 2ed, Rio de Janeiro: Elsevier, 2008, p.139</p>	INDEFERIDO	-

Porto Velho, 7 de março 2014.

CARLA MITSUE ITO
Superintende Estadual de Administração e Recursos Humanos – SERAH/RO